Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº _____/2025

Declara de Utilidade Pública no âmbito Estado do Amapá a FEDERAÇÃO AMAPAENSE DE AUTOMOBILISMO – FAAP.

O GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá aprovou e eu, nos termos do art. 107 da Constituição Estadual, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Amapá, nos termos da Lei n° 0027, de 31 de agosto de 1992, a **FEDERAÇÃO AMAPAENSE DE AUTOMOBILISMO – FAAP**, inscrita no CNPJ nº 54.760.252/0001-48, com sede na avenida Presidente Vargas, nº 785-B, CEP 68.900-070, Macapá/AP.

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Macapá, 22 de agosto de 2025.

AMIRALDO DA SILVA FAVACHO JUNIOR:64691934200

Assinado de forma digital por AMIRALDO DA SILVA FAVACHO JUNIOR:64691934200
Dados: 2025.08.26 09:38:32 -03'00'

JÚNIOR FAVACHO
Deputado Estadual
MDB

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por finalidade reconhecer a relevância e o papel desempenhado pela **FEDERAÇÃO AMAPAENSE DE AUTOMOBILISMO – FAAP**, criada em 22 de dezembro de 2022, a partir da união dos clubes Jeep Club de Macapá, Gaioleiros Macapá Club e Fusca Club do Amapá, com o apoio do Força Race de Arrancada e Jeep Club do Amapá Willis.

Desde sua criação, a Federação tem promovido eventos que possibilitam o aperfeiçoamento técnico em todas as modalidades praticadas no estado, bem como a retomada de outras, como as competições de kart.

Paralelamente, a FAAP demonstra compromisso com a responsabilidade social e ambiental, buscando minimizar impactos no meio ambiente e engajando a comunidade local.

Seus eventos reservam espaço para pequenos empreendedores, gerando renda e fomentando atividades sociais, educacionais e culturais, sempre pautados pela transparência, ética e desenvolvimento sustentável, considerando a preservação do planeta para futuras gerações.

A concessão da presente declaração não representa apenas o reconhecimento jurídico da entidade, mas também um investimento social de grande alcance.

Ao fortalecer sua atuação, garantimos que suas iniciativas continuem promovendo benefícios concretos à comunidade, como geração de oportunidades, promoção da cidadania e maior acesso a eventos e atividades de interesse coletivo.

Cumpre destacar que a Federação atende plenamente aos requisitos estabelecidos na Lei Estadual nº 0027, de 31 de agosto de 1992, que dispõe sobre as normas para declaração de utilidade pública de Associações e Federações no Estado do Amapá.

Ante o exposto, e considerando a relevância do Projeto de Lei, peço o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Macapá, 22 de agosto de 2025.

AMIRALDO DA SILVA FAVACHO JUNIOR:64691934200

Assinado de forma digital por AMIRALDO DA SILVA FAVACHO JUNIOR:64691934200
Dados: 2025.08.26 09:39:22 -03'00'

JÚNIOR FAVACHO
Deputado Estadual
MDB

(96) 99151-5598
dep.juniorfavacho@alap.ap.leg.br
www.juniorfavacho.com.br
Gab. 03 - Av. FAB, s/nº. Centro - Macapá/AP

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

CERTIDÃO DE REGISTRO EM PESSOAS JURÍDICAS

CERTIFICO QUE se encontram devidamente registrados no Livro **A-32** do Registro Civil das **PESSOAS JURÍDICAS** deste Ofício, sob o número de ordem **2174**, protocolo de n°.**18975**, às fls.**253,** em 09 de fevereiro de 2024, os Atos Constitutivos da **FEDERAÇÃO AMAPAENSE DE AUTOMOBILISMO - FAAP,** fundada em 22 de dezembro de 2023, tendo como Presidente eleita e empossada, **PERPETUA SOCORRO TORRES CAMPOS MOURÃO**, brasileira, casada, aposentada, portadora do documento de identidade RG nº. 005306 - AP e do CPF/MF nº.226.060.052-82, residente e domiciliada na Rua 15 de Julho, nº.1009, Bairro Novo Buritizal, Conjunto Laurindo Banha, Macapá/AP, como Vice-Presidente: ***Allan Penha Albuquerque;*** e como membros do Conselho Fiscal: ***José Maria Esteves, Gilson Colares Cohen, Carlos Renan Antunes Aguiar*** e ***Adriano José Silva Nogueira Lima,*** para cumprirem o mandato de 04 (quatro) anos, ***ex vi*** do Artigo 42 e 42 do Estatuto Social da Entidade. Iniciando em 01.01.2024, com término em 31.12.2027. Documentos apresentados e arquivados nos termos do Artigo nº.120, incisos I, II, III, V e VI da Lei nº.6.015/73 – Lei de Registros Públicos. Nada Mais. O referido é verdade, dou fé e assino. Eu, _____, (**PAULA CRISTINA DE OLIVEIRA GONÇALVES**), Escrevente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, Certifico, Subscrevo, dou fé e assino em público e raso. Neste Instrumento foi utilizado o selo Eletrônico Nº. **00011811191459015301709 (consulte a validade deste selo no site: extrajudicial.tjap.jus.br/consulta)**.

Macapá/AP, 09 de fevereiro de 2024.

Em testº. _____ da verdade.

PAULA CRISTINA DE OLIVEIRA GONCALVES:52715418272

Assinado de forma digital por PAULA CRISTINA DE OLIVEIRA GONCALVES:52715418272
DN: c=BR, ou=Presencial, ou=38073330000180, ou=AC SyngularID Multipla, o=ICP-Brasil, cn=PAULA CRISTINA DE OLIVEIRA GONCALVES:52715418272
Dados: 2024.02.09 14:12:59 -03'00'

- Escrevente -

Emolumentos:		
- Protocolo:.....R$47,87	TSNR R$...0,00	R$ 47,87
- Registro Primitivo :.....R$311,13	TSNR R$...15,56	R$ 326,69
- Arquivamento.:..... R$83,75	TSNR R$...4,19	R$ 87,94
- Certidão.:.....R$47,87	TSNR R$...0,00	R$ 47,87
TOTAL:		R$ 510,37

(Lei Estadual nº.1436 de 29/12/09)

CARTÓRIO JUCÁ - Cartório do 1° Ofício de Notas e Registros de Macapá / AP
Bel. FRANCISCO ERIONALDO CRUZ JUNIOR - Tabelião | R. Tiradentes, 876 – Centro – CEP 68906-380 | Tel.: 96 3225 2954 / 96 92021455

SELO ELETRÔNICO

00011811191459015301709
Emol.: 47,87 TSNR: 0,00
Consulte em extrajudicial.tjap.jus.br/consulta
Macapá, 09 de Fevereiro 2024

Escrevente

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A veracidade do registro deste documento encontra-se
no verso da última folha e/ou no(s) anterior(es)
Folha

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE FUNDAÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DA 1º DIRETORIA DA FEDERAÇÃO AMAPAENSE DE AUTOMOBILISMO - FAAP. Aos vinte e dois (22) dias do mês de dezembro de 2023, ao 4º (quarto) compareceram-se na Avenida Presidente Vargas, 785 B – Centro – Macapá – Ap – CEP: 68.900-070, possibilitando a participação virtual dos que desejaram participar de forma remota, os interessados devidamente convocados pelo edital publicado em 05 de dezembro de 2023, para deliberarem sobre a ordem do dia que continha os seguintes assuntos: 1. Criação da Federação de Motociclismo do Estado do Amapá; 2. Leitura, Análise e aprovação do estatuto social; 3. Eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal; 4. Aprovação de constituição da federação; 5. Assuntos gerais. O presidente Savio Parente de Azevedo Junior abriu os trabalhos e convidou a Senhora Alessandra Silva da Silva para secretariar a presente Assembleia. Dando prosseguimento na sessão a Secretária, informou a Presidente que havia número legal para os trabalhos desta sessão. A Presidente deu início à apreciação da ordem do dia seguindo a seguinte cronologia. **Discutido, deliberado e aprovada** a criação da **FEDERAÇÃO AMAPAENSE DE AUTOMOBILISMO**, conforme leitura e aprovação do Estatuto Social (item 02 da pauta) que também foi aprovado por unanimidade dos presentes; Passados à Eleição da primeira Diretoria da entidade, foi verificada somente a existência de uma chapa denominada "Acelera Amapá", para concorrer aos cargos da diretoria do quadriênio 2024/2027. Foi confeccionada a chapa quanto aos associados presentes e as votações da Assembleia. Iniciados os escrutínios, foram os mesmos encerrados e o presidente da Assembleia convocou dois sócios presentes para apurarem o resultado. Foram eleitos os seguintes associados: **Presidente**: Perpétua Socorro Torres Campos Mourão, Brasileira, Casada, Aposentada, portadora do RG Nº 005306 – Polícia Científica AP e CPF/MF. Nº 226.060.052-82, residente na Rua 15 de julho, 1009 – Novo Buritizal – Conj. Laurindo Banha – Macapá – AP – CEP: 68.904-720. **Vice Presidente**: Allan Penha Albuquerque, Brasileiro, casado, Representante comercial, portador do RG: 068731 POLITEC/AP, Carteira de Habilitação nº 02940530885; CPF: 508.464.852-49, residente e domiciliado na Rua angra dos reis, 442 – cond. Bela Vista – Brasil Novo – Macapá – AP – CEP: 68.900-000. **Conselho Fiscal:** José Maria Esteves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 675491 – SEDPMAFDPF DF, Carteira de Habilitação nº 02532543299, CPF nº 437.263.137-53, residente e domiciliado na rua Mendonça Jr, 450 – Centro – Macapá – AP - Cep 68900020; Gilson Colares Cohen, Brasileiro, Divorciado, Empresário, portador do RG nº 020496 – POLITEC/AP, Documento de Habilitação nº 03635016036, CPF nº 198.362.602-34, residente e domiciliado na Av. Itália 193 – Residencial Jardim Europa – Macapá – AP – CEP: 68.906-174; Carlos Renan Antunes Aguiar, Brasileiro, casado, Empresário, portador do RG nº 333302 – SSP/AP, Documento de Habilitação nº 04239583820, CPF nº 963.419.472-91, residente e domiciliado na Avenida Goitacazes, 144 – Beirol – Macapá – AP – CEP 68.902-150. **Conselho Fiscal Suplente:** Adriano José Silva Nogueira Lima, Brasileiro Casado, Empresário, portador do RG: 208162 SSP/AP; carteira de habilitação nº 00051332388, CPF: 589.637.182-86, residente e domiciliado na Avenida Presidente Vargas, 797 – Centro – Macapá – Ap – CEP: 68.900-070 . Ato seguinte, foi dado posse aos eleitos para o quadriênio 2024/2027 pela Assembleia Geral que entraram no exercício de seus mandatos. Não havia outros assuntos de interesse da Assembleia. Esgotada a pauta da presente Assembleia Geral, a presidente procedeu a um intervalo de trinta (30) minutos para a lavratura da ata da presente sessão. Eu Alessandra Silva da Silva, que secretariei, redigi e digitei.

Assinaturas:

Diretoria:
Presidente: _____
Perpétua Socorro Torres Campos Mourão, Brasileira, Casada, Aposentada, portadora do RG Nº 005306 – Polícia Científica AP e CPF/MF. Nº 226.060.052-82, residente na Rua 15 de julho, 1009 – Novo Buritizal – Conj. Laurindo Banha – Macapá – AP – CEP: 68.904-720

Vice Presidente: _____
Allan Penha Albuquerque, Brasileiro, casado, Representante comercial, portador do RG: 068731 POLITEC/AP, Carteira de Habilitação nº 02940530885; CPF: 508.464.852-49, residente e domiciliado na Rua angra dos reis, 442 – cond. Bela Vista – Brasil Novo – Macapá – AP – CEP: 68.900-000

Protocolo digital: 226725 em 27/08/2025 às 12:01
PLO n.0192/25-AL

Conselho fiscal: _____

José Maria Esteves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 625491 – SEDEMAP/DPF/AP, Carteira de Habilitação nº 02532543299, CPF nº 437.263.137-53, residente e domiciliado na rua Mendonça Jr, 450 – Centro – Macapá – AP - Cep 68900020;

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 02

Conselho fiscal: _____

Gilson Colares Cohen, Brasileiro, Divorciado, Empresário, portador do RG nº 020496 – POLITEC/AP, Documento de Habilitação nº 03635016036, CPF nº 198.362.602-34, residente e domiciliado na Av. Itália 193 – Residencial Jardim Europa – Macapá – AP – CEP: 68.906-174

Conselho fiscal: _____

Carlos Renan Antunes Aguiar, Brasileiro, casado, Empresário, portador do RG nº 333302 – SSP/AP, Documento de Habilitação nº 04239583820, CPF nº 963.419.472-91, residente e domiciliado na Avenida Goitacazes, 144 – Beirol – Macapá – AP – CEP 68.902-150

Conselho fiscal Suplente: _____

Adriano José Silva Nogueira Lima, Brasileiro Casado, Empresário, portador do RG: 208162 SSP/AP; carteira de habilitação nº 00051332388, CPF: 589.637.182-86, residente e domiciliado na Avenida Presidente Vargas, 797 – Centro – Macapá – Ap – CEP: 68.900-070;

Protocolo Digital: 2267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Cartorio 1º Ofício Extrajudicial de Macapa
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião

1º REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
PROTOCOLO SOB O Nº: 18975
REGISTRADO SOB O Nº: 2174
LIVROS "A" Nº: A-32

Macapá-AP 09 FEV. 2024

Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião

Escrevente

CARTÓRIO JUCÁ - Cartório do 1º Ofício de Notas e Registros de Macapá / AP
Bel. FRANCISCO ERIONALDO CRUZ JUNIOR - Tabelião - Av. Presidente, 876 – Centro – CEP 68900-098 - Macapá/AP – Tel: 96 3225 2954 / 96 92021455

SELO ELETRÔNICO

00012111080944014500103
Emol.: 311,13 TSNR: 15,56
Consulte em extrajudicial.tjap.jus.br/consulta
Macapá, 09 de Fevereiro 2024

FEDERAÇÃO AMAPAENSE DE AUTOMOBILISMO - FAAP

Cartório Único Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 018

Diretoria Eleita:
Presidente:

Perpétua Socorro Torres Campos Mourão, Brasileira, Casada, Aposentada, portadora do RG Nº 005306 – Polícia Científica AP e CPF/MF. Nº 226.060.052-82, residente na Rua 15 de julho, 1009 – Novo Buritizal – Conj. Laurindo Banha – Macapá – AP – CEP: 68.904-720

Vice Presidente:

Allan Penha Albuquerque, Brasileiro, casado, Representante comercial, portador do RG: 068731 POLITEC/AP, Carteira de Habilitação nº 02940530885; CPF: 508.464.852-49, residente e domiciliado na Rua angra dos reis, 442 – cond. Bela Vista – Brasil Novo – Macapá – AP – CEP: 68.900-000

Conselho fiscal:

José Maria Esteves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 675491 – SEDPMAFDPF DF, Carteira de Habilitação nº 02532543299, CPF nº 437.263.137-53, residente e domiciliado na rua Mendonça Jr, 450 – Centro – Macapá – AP - Cep 68900020;

Conselho fiscal:

Gilson Colares Cohen, Brasileiro, Divorciado, Empresário, portador do RG nº 020496 – POLITEC/AP, Documento de Habilitação nº 03635016036, CPF nº 198.362.602-34, residente e domiciliado na Av. Itália 193 – Residencial Jardim Europa – Macapá – AP – CEP: 68.906-174

Conselho fiscal:

Carlos Renan Antunes Aguiar, Brasileiro, casado, Empresário, portador do RG nº 333302 – SSP/AP, Documento de Habilitação nº 04239583820, CPF nº 963.419.472-91, residente e domiciliado na Avenida Goitacazes, 144 – Beirol – Macapá – AP – CEP 68.902-150

Conselho fiscal Suplente:

Adriano José Silva Nogueira Lima, Brasileiro Casado, Empresário, portador do RG: 208162 SSP/AP; carteira de habilitação nº 00051332388, CPF: 589.637.182-86, residente e domiciliado na Avenida Presidente Vargas, 797 – Centro – Macapá – Ap – CEP: 68.900-070;

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião

1º REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
PROTOCOLO SOB O Nº: 18975
REGISTRADO SOB O Nº: 3174
LIVROS "A" Nº: A-32

Macapá-AP 09 FEV. 2024

Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião

Escrevente

CARTÓRIO JUCÁ - 1º Ofício de Notas e Registros de Macapá / AP
Bel. FRANCISCO ERIONALDO CRUZ JÚNIOR - Tabelião - Rua dos Imigrantes, 876 – Centro – CEP 68900-098 - Macapá/AP – Tel: 96 3225 2954 / 96 92021455

SELO ELETRÔNICO

00012111080944014500103
Emol.: 311,13 TSNR: 15,56
Consulte em extrajudicial.tjap.jus.br/consulta
Macapá, 09 de Fevereiro 2024

ASSEMBLEIA DE CONSTITUIÇÃO DA FEDERAÇÃO AMAPAENSE DE AUTOMOBILISMO - FAAP

LISTA DE PRESENÇA

#	Nome completo	CLUBE	Assinatura
1	PERPÉTUA SOCORRO TORRES CAMPOS MURÇÃO	JEEP CLUB DE MACAPÁ	
2	José Maria Estecas	JEEP CLUB DO AMAPÁ	
3	[illegible]	JEEP Club de Macapá	
4	GILSON [illegible]	JEEP CLUB DE MACAPÁ	
5	CARLOS [illegible]	JEEP CLUB DE MACAPÁ	
6	ALLAN [illegible]	LUSCA CLUB DO AMAPÁ	
7	DIEME DE FREITAS MAGALHÃES JUNIOR	GAIOLEIROS MACAPÁ CLUBE	
8	[illegible]	Gaioleiros Macapá clube	
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			
35			
36			
37			
38			
39			
40			
41			
42			
43			
44			
45			
46			
47			
49			
50			

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 018

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião

1º REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
PROTOCOLO SOB O Nº: 18975
REGISTRADO SOB O Nº: 2174
LIVROS "A" Nº: A-32

Macapá-AP 09 FEV. 2024

Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião

Escrevente

CARTÓRIO JUCÁ - Cartório do 1º Ofício de Notas e Registros de Macapá / AP
Bel. FRANCISCO ERIONALDO CRUZ JÚNIOR - Tabelião
Rua Cândido Mendes, 876 – Centro – CEP 68900-098 - Macapá/AP – Tel: 96 3225 2954 / 96 92021455

SELO ELETRÔNICO

00012111080944014500103
Emol.: 311,13 TSNR: 15,56
Consulte em extrajudicial.tjap.jus.br/consulta
Macapá, 09 de Fevereiro 2024

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se
no verso da última folha que o compõe.
Folha 018

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

CERTIDÃO NEGATIVA DE PESSOA JURÍDICA

MARIA CRISTIANE DA SILVA PASSOS, Tabeliã e Oficial do 2º Ofício de Notas e Anexos da Comarca de Macapá, Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e a Pedido através de requerimento da parte interessada **CERTIFICA** que:

Revendo os competentes Livros de Pessoa Jurídica, verificou-se **"não existir"** nesta Serventia até a presente data, registro em nome da "**FEDERAÇÃO AMAPAENSE DE AUTOMOBILISMO**" O referido é verdade e dou fé. Eu, _____, **Iane Vanessa Ferreira Gonçalves**, Auxiliar de Escrevente, digitei e conferi. E eu, _____, **(CRISTIANE PASSOS)**, Tabeliã e Oficial, subscrevo e assino em público e raso.

O referido é verdade e dou fé.

Macapá-AP, 06 de dezembro de 2023.

Em Testº _____ da verdade.

Franciene da Silva Duarte
Tabeliã Substituta

Franciene da Silva Duarte
Tabeliã Substituta

Selo 00022306211414015300209
consulte a validade deste selo no site
extrajudicial.tjap.jus.br/consulta
Emolumento: R$46,41 TSNR: R$0,00 -
Valor Total: R$46,41

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião

1º REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
PROTOCOLO SOB O Nº: 18973
REGISTRADO SOB O Nº: 2174
LIVROS "A" Nº: A-32

Macapá-AP 09 FEV. 2024

Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião

Escrevente

CARTÓRIO JUCA - Cartório do 1º Ofício de Notas e Registros de Macapá / AP
Bel. FRANCISCO ERIONALDO CRUZ JÚNIOR - Tabelião - Av. dos Tradutores, 876 – Centro – CEP 68900-098 - Macapá/AP – Tel: 96 3225 2954 / 96 92021455

SELO ELETRÔNICO

01012111080944014500103
Emol.: 311,13 TSNR: 15,56
Consulte em extrajudicial.tjap.jus.br/consulta
Macapá, 09 de Fevereiro 2024

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

CERTIDÃO NEGATIVA DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se
no verso da última folha que o compõe.
Folha 01

O TABELIÃO E OFICIAL DO 3º OFÍCIO DE NOTAS E MAIS ANEXOS DE MACAPÁ, Estado do Amapá, República Federativa do Brasil, por nomeação legal, etc., usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e a requerimento da pessoa interessada, **CERTIFICA QUE** revendo o arquivo deste Ofício, em especial junto ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, nele verificou que **NÃO EXISTE**, até a presente data o registro em nome de **"FEDERAÇÃO AMAPAENSE DE AUTOMOBILISMO"**. SELO DIGITAL: 00032002111222024400461. Consulte a autenticidade em extrajudicial.tjap.jus.br. O referido é verdade, dou fé e assino. Eu _____, Elaine Façanha Cordeiro, Auxiliar de Escrevente, digitei e conferi este documento. Eu _____, Poenna Thereza Rodrigues Souza, Escrevente Autorizada, certifico, subscrevo, dou fé e assino em público e raso.

Macapá-AP, 06 de Dezembro de 2023.

Em test. _____ da verdade
Poenna Thereza Rodrigues Souza

CARTÓRIO VALES
3º Ofício de Notas e Anexos de Macapá
Victor Ribeiro Fonseca Vales - Tabelião
contato@cartoriovales.com.br
Rua General Rondon, nº45 - Laguinho - CEP 68.908-181 - Macapá/AP - Tel. (96) 3227-0918

SELO ELETRÔNICO

00032002111222024400461
Emol.: 92,81 TSNR: 4,64
Consulte em extrajudicial.tjap.jus.br/consult
Macapá, 06 de Dezembro 2023

Poenna Thereza Rodrigues Souza
Escrevente

Emolumentos:

- Certidão negativa	R$ 92,81	TSNR R$ 4,64	R$ 97,45
- Autuação	R$ 46,41	TSNR R$ 0,00	R$ 46,41
- Busca	R$ 46,41	TSNR R$ 0,00	R$ 46,41
TOTAL			R$ 190,27

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Cartorio 1º Ofício Extrajudicial de Macapa
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião

1º REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
PROTOCOLO SOB O Nº: 18975
REGISTRADO SOB O Nº: 2124
LIVROS "A" Nº: A-32

Macapá-AP 09 FEV. 2024

Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião

Escrevente

CARTÓRIO JUCA - Cartório 1º Ofício de Notas e Registros de Macapá / AP
Bel. FRANCISCO ERIONALDO CRUZ JÚNIOR - Tabelião - R. Tiradentes, 876 – Centro – CEP 68900-098 - Macapá/AP – Tel: 96 3225 2954 / 96 92021455

SELO ELETRÔNICO

00012111080944014500103
Emol.: 311,13 TSNR: 15,56
Consulte em extrajudicial.tjap.jus.br/consulta
Macapá, 09 de Fevereiro 2024

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 01

Protocolo Digital: 926725 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convoca-se todos os Clubes de Automobilismo do Estado do Amapá interessados para a assembleia geral de constituição da **Federação Amapaense de Automobilismo - FAAP**, a realizar-se em:

DATA e HORA: **22 de dezembro de 2023 – 09:00 horas.**

LOCAL: **ESCRITÓRIO DO JEEP CLUB DE MACAPÁ.**

ENDEREÇO: **Av. Presidente Vargas, 797 – Centro - Macapá - AP.**

Com os seguintes assuntos:

1 - Criação da Federação de Automobilismo do Estado do Amapá;

2 - Leitura, análise e aprovação do Estatuto Social da entidade;

3 - Eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal;

4 - Aprovação de Constituição da entidade;

5 - Assuntos Gerais.

Macapá, **5 de dezembro de 2023.**

Perpétua Socorro Torres Campos Mourão.

PRESIDENTE - Jeep Club de Macapá.

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Cartorio 1º Ofício Extrajudicial de Macapa
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião

1º REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
PROTOCOLO SOB O Nº: 18975
REGISTRADO SOB O Nº: 2179
LIVROS "A" Nº: A-327

Macapá-AP 09 FEV. 2024

Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião

Escrevente

CARTÓRIO JUCÁ - Cartório do 1º Ofício de Notas e Registros de Macapá / AP
Bel. FRANCISCO ERIONALDO CRUZ JÚNIOR - Tabelião | Av. [illegible], 876 – Centro – CEP 68900-098 - Macapá/AP – Tel: 96 3225 2954 / 96 92021455

SELO ELETRÔNICO

00012111080944014500103
Emol.: 311,13 TSNR: 15,56
Consulte em extrajudicial.tjap.jus.br/consulta
Macapá, 09 de Fevereiro 2024

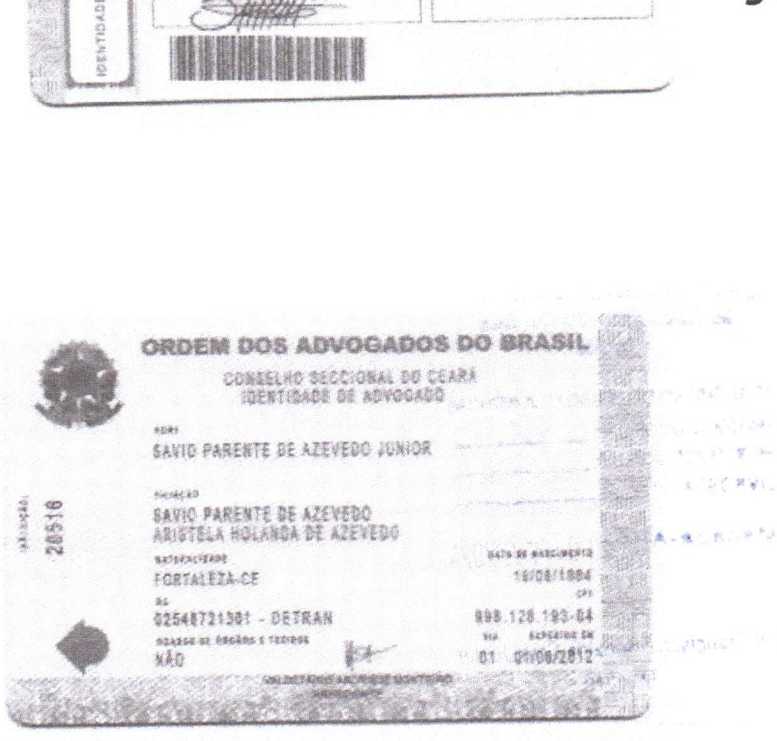


SAVIO PARENTE DE AZEVEDO JUNIOR

Assinado de forma digital por SAVIO PARENTE DE AZEVEDO JUNIOR
Dados: 2018.01.04 21:56:58 -03'00'

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erlonaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 01

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:08
PLO n.0192/25-AL



Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapa
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião

1º REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
PROTOCOLO SOB O Nº: 1895
REGISTRADO SOB O Nº: 2124
LIVROS "A" Nº: A-32

Macapá-AP 09 FEV. 2024

Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião

CARTÓRIO JUCÁ - Cartório 1º Ofício de Notas e Registros de Macapá / AP
Bel. FRANCISCO ERIONALDO CRUZ JÚNIOR - Tabelião | R. Tiradentes, 876 – Centro – CEP 68900-098 - Macapá/AP – Tel: 96 3225 2954 / 96 92021455

Escrevente

SELO ELETRÔNICO

00012111080944014500103
Emol.: 311,13 TSNR: 15,56
Consulte em extrajudicial.tjap.jus.br/consulta
Macapá, 09 de Fevereiro 2024

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão do registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 01

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

ESTATUTO

TÍTULO I

DA ENTIDADE E DOS SEUS FINS

CAPITULO I

Da Denominação, Natureza Jurídica e Duração

Art. 1º - A Federação Amapaense de Automobilismo, doravante denominada pela sigla **FAAP**, será filiada à Confederação Brasileira de Automobilismo, designada pela sigla CBA, devidamente reconhecida pela Federação Internacional de Automobilismo, designada pela sigla FIA, reconhecida pelo Comitê Olímpico do Brasil, designado pela sigla COB, é uma associação de fins não econômicos, de caráter desportivo, fundada em 22 de dezembro de 2023, constituída por tempo indeterminado, dotada de personalidade jurídica de direito privado, sendo reconhecida pela Lei Federal nº. 8.672, de 06 de junho de 1993 como a única Entidade do Estado do Amapá de Administração do Automobilismo, com sede e foro na Cidade de Macapá, Amapá.

§ 1º - A FAAP está estabelecida na Avenida Presidente Vargas, 785 B – Centro – Macapá – Ap – CEP: 68.900-070, podendo esta sede ser alterada por decisão da Diretoria.

§ 2º - A FAAP poderá instalar até cinco sub-sedes regionais, localizadas nas regiões do Estado, com o objetivo de melhor administrar os interesses da **FAAP** e do Automobilismo brasileiro.

§ 3º - A FAAP goza de autonomia na sua organização e funcionamento, prerrogativa outorgada constitucionalmente pelo art. 217, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, observados os princípios definidores de gestão democrática que visam garantir processos coletivos de atuação, tais como participação, descentralização e transparência.

§ 4º - A FAAP será representada, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, pelo seu Presidente.

§ 5º - A personalidade jurídica da **FAAP** é distinta das Entidades que a compõem.

§6º - Os resultados financeiros da **FAAP** serão destinados, integralmente à manutenção e ao desenvolvimento de suas finalidades e objetivos estatutários, devendo ser aplicados integralmente no país.

§7º - Os sócios fundadores, na forma do Art. 79 "*aqueles que assinaram a lista de presença da primeira reunião*" gozarão de livre acesso às reuniões posteriores.

Art. 2º - As obrigações contraídas pela **FAAP** não se estendem às suas filiadas, assim como as obrigações contraídas pelas suas filiadas não se estendem à **FAAP**, nem criam vínculos de solidariedade e nem mesmo subsidiariedade. As rendas e recursos financeiros da **FAAP**, inclusive provenientes das obrigações que assumir, serão empregados na realização de suas finalidades.

Art. 3º - A **FAAP** não terá atividades político-partidárias nem religiosas, sendo terminantemente proibida a discriminação de qualquer tipo contra um país, um indivíduo ou um grupo de pessoas por preconceito de origem étnica, cor, idioma, religião, ou de qualquer tipo de comportamento discriminatório e/ou que afronte a dignidade humana.

Art. 4º – A prestação de contas do ano anterior da Federação de Automobilismo do Estado do Amapá, deverá ser publicada na página oficial da FAAP na internet.

CAPÍTULO II

Das insígnias e do Pavilhão

Art. 5º - **A FAAP** adotará as seguintes insígnias: o pavilhão, o logotipo, os emblemas, os uniformes e os distintivos adotados, na forma do regulamento elaborado pela Diretoria da Federação e homologado pela Assembleia Geral.

§ 1º - O pavilhão da FAAP será definida em Assembleia específica para tal finalidade.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se
neste cartório
Folha 028

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

§ 2º - O logotipo da FAAP será definida em Assembleia específica para tal finalidade.

Art. 6º - A garantia legal outorgada à FAAP neste artigo permite-lhe o uso comercial de sua denominação, de suas marcas e seus símbolos existentes e futuros e de todos os direitos de imagem da entidade e de suas representações, com exclusividade.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 038

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

CAPÍTULO III
DOS FINS

Art. 7º - A FAAP foi instituída tendo por objetivo os seguintes fins:

a) **Coordenar e dirigir** a nível estadual a prática do Automobilismo, exercendo a função técnica-normativa e fiscalizadora das atividades relacionadas com a prática do Automobilismo, inclusive com a ênfase educativa e social;

b) **Representar e defender** os interesses do Automobilismo brasileiro perante os organismos públicos brasileiros, as entidades esportivas dirigentes, nacionais e internacionais, e em todo evento internacional de Automobilismo;

c) **Dirigir, difundir e incentivar** no Estado do Amapá a prática de todas as modalidades e categorias do Automobilismo;

d) **Promover, organizar, autorizar e fiscalizar** no Estado do Amapá, a realização de provas estaduais e etapas de competições Estaduais, nacionais e internacionais de Automobilismo;

e) **Expedir,** no âmbito de sua competência técnica-normativa, normas e regras técnicas sob a forma de códigos, regulamentos, regimentos ou outros quaisquer atos, a que ficam obrigados os filiados à **FAAP** e todos aqueles que participam da realização de provas e competições esportivas;

f) **Cumprir e fazer cumprir** pelos seus filiados os mandamentos emanados pela **Confederação Brasileira de Automobilismo – CBA** e pela **Federação Internacional de Automobilismo – FIA** e dos organismos nacionais e internacionais a que esteja filiada e, igualmente, os atos legalmente expedidos pelos Poderes Públicos;

g) **Processar e Julgar,** através dos poderes internos constituídos, os responsáveis pela inobservância de qualquer norma e regra técnica-esportiva e ditada pela **FAAP,** pelas entidades internacionais dirigentes e pelo Poder Público competente;

h) **Decidir** a respeito da participação de competidores esportivos, em provas realizadas fora da jurisdição da Federação a qual é filiada;

i) **Autorizar, orientar, coordenar e fiscalizar** as atividades internacionais de suas filiadas;

j) **Instituir** normas técnicas reguladoras da prática do Automobilismo;

k) **Exercer** atos das competências que lhe forem conferidas por lei, decreto, portarias e atos normativos editados pelo Poder Público do País;

l) **Regulamentar** as disposições legais baixadas a respeito dos atletas, dispondo sobre inscrições, registro, inclusive de contratos, transferências, remoções, reversões, cessões temporárias ou definitivas;

m) **Interceder** perante os Poderes Públicos, em defesa dos direitos e interesses legítimos das pessoas jurídicas e físicas sujeitas à sua jurisdição;

n) **Combater,** por todas as formas, a utilização de substâncias proibidas ou técnicas de dopagem, por parte de atletas, dirigentes e pessoal de apoio, conduzindo e permitindo conduzir controle de dopagem, durante competições e fora delas, no território brasileiro pelas entidades concernentes.

o) **Promover** o desenvolvimento econômico e social e a redução da pobreza através da contratação e treinamento de mão de obra necessária para a realização de cada evento de caráter competitivo do Automobilismo.

§ 1º - As normas de execução dos princípios fixados neste artigo serão prescritas, além do que constar neste Estatuto, nos regulamentos, regimentos, resoluções, portarias, avisos e demais normas orgânicas e técnicas baixadas pela **FAAP**.

§ 2º – A execução de todas as atividades da **FAAP** observará, em qualquer hipótese, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 04

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

§ 3º - A prática das atividades supramencionadas sempre atenderá a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Certidão do registro deste documento encontra-se
no verso da última folha que o compõe.
Folha 05

p) Incentivar e fomentar o TURISMO, através da difusão do Automobilismo;

q) Promover ações em defesa e conservação do MEIO AMBIENTE, no âmbito de sua competência;

r) Integrar o Automobilismo a projetos de ARTE e CULTURA, voltados a evolução, sensibilização, divulgação, socialização e visibilidade do Automobilismo, fomentando a produção de projetos e programações sociais, esportivas, educacionais e culturais, junto aos seus associados e comunidade em geral, visando capacitação, aprimoramento e evolução pessoal, profissional, educacional e cultural em especial nos segmentos das artes visuais, áudio visual, cinema, teatro, dança, circo, música, arte digital, literatura, patrimônio material, imaterial e artes integradas. Objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

s) Promover e/ou Homologar cursos, treinamentos, capacitação de monitores, palestras e demais atividades EDUCACIONAIS, relacionadas a prática responsável do Automobilismo em suas diversas vertentes, fornecendo aos participantes os certificados de conclusão de curso;

t) Agir em defesa da conservação do PATRIMÔNIO HISTÓRICO ESPORTIVO, ligado ao Automobilismo e suas diversas modalidades esportivas, assim como a própria prática do Automobilismo como um todo;

u) Publicar periódicos, LIVROS ou revistas para divulgação das atividades do Automobilismo esportivo, cultural, social, ambiental e educacional realizada pela FAAP, seus filiados e parceiros contratados para esse fim;

v) Incentivar o Automobilismo LÚDICO, fomentando a criação e comercialização de JOGOS, GAMES, seja de forma eletrônica ou física, no qual possa contribuir com o desenvolvimento e a divulgação do Automobilismo e de seus atletas, nas suas mais variadas formas e suas práticas;

CAPÍTULO IV

DA PRÁTICA DO AUTOMOBILISMO E SUAS MODALIDADES

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Art. 8º - O Automobilismo de competição pode ser praticado de modo profissional e não profissional.

§ 1º - A prática profissional é caracterizada por remuneração pactuada por contrato de trabalho ou por outras formas contratuais admissíveis.

§ 2º - A prática não profissional é caracterizada pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivo de materiais, prêmios e de patrocínio.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá/AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se
no verso da última folha que o compõe.
Folha 06

Protocolo Digital: 926775 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Art. 9º - O Automobilismo de competição será praticado nas modalidades reconhecidas pela **FIA,** pela **CBA,** pela **FAAP** e pelas entidades a ela filiadas, na forma do artigo 51 deste Estatuto, e outras que venham a ser instituídas.

Parágrafo único – as modalidades poderão ser instituídas em categorias.

TITULO II
DA ORGANIZAÇÃO E DOS PODERES
CAPITULO I
Da Organização

Art. 10º - A **FAAP** é constituída diretamente pelos seus associados que são os Clubes a ela filiadas diretamente, como entidades incumbidas de administrar as atividades de Automobilismo, no Estado do Amapá sendo esses os únicos com direito a voz e voto junto a **FAAP** e indiretamente pelas Ligas, devidamente vinculadas e organizadas juridicamente consoantes as leis do País, e que consigne, expressamente, em seus atos constitutivos, a aceitação e adesão às normas e regras desportivas, nacionais e internacionais do Automobilismo e pelo representante dos atletas (pilotos e navegadores) diretamente filiados, todos reconhecendo a FAAP como a única Entidade Estadual de administração do Automobilismo no Estado do Amapá.

§ 1º - Nenhum Clube poderá ser vinculada ou manter direito à vinculação, sem prova de preencher os seguintes requisitos:

a) **Ser pessoa jurídica, por seu representante legal;**
b) **Possuir** Estatuto compatível com as Leis Públicas e com os mandamentos adotados pela **FAAP;**

c) **Apresentar-se** com poderes constituídos na forma da Lei e integrados por membros idôneos;

§ 2º - Terão direito a voz e um voto em assembleia geral a Comissão de Pilotos da FAAP, de acordo com os artigos 21 e 25 desse estatuto.

§ 3° - Somente poderá se filiar à FAAP as entidades que não contenham em suas normas nenhuma disposição que vede ou restrinja o direito de associados brasileiros.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se
no verso da última folha que o compõe.
Folha 07

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Art. 11 - Com o objetivo de restabelecer o funcionamento regular dos Clubes filiados, evitando a descontinuidade das atividades, na falta dos Dirigentes das entidades filiadas, por decurso de seus mandatos, por mais de noventa dias, sem que tenham sido nomeados os sucessores, a **FAAP** notificará os Clubes para que regularizem a situação. Caso decorra mais de noventa dias sem que haja a regularização, a **FAAP** poderá convocar os Clubes constantes na relação de Clubes filiados para uma Assembleia Geral Eletiva, onde deverão ser apresentadas as chapas, cabendo à **FAAP** coordenar o processo eleitoral. A **FAAP** não pode, em hipótese nenhuma intervir, ou administrar o Clube acéfalo, limitando-se à coordenação do processo eleitoral. No caso de nenhuma chapa se inscrever, deverá ser apresentado à Assembleia o pedido de desfiliação.

Art. 12 - Com o objetivo de manter a ordem desportiva, o respeito aos atos emanados de seus poderes internos e fazer cumprir os atos legalmente expedidos pelos órgãos ou representantes do Poder Público, a **FAAP** poderá aplicar às suas filiadas, bem como às pessoas físicas ou jurídicas direta ou indiretamente a ela vinculadas, sem prejuízo das sanções de competência da justiça desportiva, as seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Censura escrita;

III – Multa;

IV – Suspensão,

V – Desfiliação ou Desvinculação.

§ 1º - As sanções previstas nos incisos deste artigo não prescindem do processo administrativo, no qual sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se
no verso da última folha que o compõe.
Folha 08

§ 2º - As penalidades de que tratam os incisos I, II, III deste artigo só são aplicadas após a decisão fundamentada e definitiva da diretoria e, se for o caso, da Justiça Desportiva.

§ 3º - Havendo necessidade de instaurar processo administrativo, ele será realizado por comissão nomeada pelo Presidente da Entidade, e terá o prazo de 30 (trinta) dias para a sua conclusão.

§ 4º - Depois de concluído, será o processo remetido ao Presidente, que tomará as providências cabíveis;

§ 5º - Excetuando-se os casos de interposição de recursos, as penalidades administrativas aplicadas pelo Poder competente da Entidade poderão ser comutadas ou anistiadas pelo próprio poder que as aplicou;

§ 6º - As penalidades de que tratam os incisos IV e V deste artigo somente poderão ser aplicadas após decisão definitiva da Justiça Desportiva;

§ 7º - As transgressões relativas à disciplina e às competições desportivas sujeitam o infrator às penalidades previstas na Lei 9.615/98, após regular processamento e julgamento da Justiça Desportiva, conforme dispõe o Código Brasileiro de Justiça Desportiva.

§ 8º – A advertência verbal será aplicada ao infrator pessoa física pelo presidente da FAAP ou por qualquer membro da Diretoria que a tenha presenciado ou imediatamente após.

§ 9º – A pessoa advertida verbalmente ou a entidade censurada por escrito poderão, no prazo de cinco dias, justificar-se e pedir reconsideração a quem a advertiu ou censurou.

§ 10º – A entidade penalizada com multa, suspensão, desfiliação ou desvinculação poderá, no prazo de quinze dias, recorrer à Assembleia Geral, que será convocada extraordinariamente.

§ 11º – O regimento interno definirá as violações e prescreverá o processo de aplicação e graduação das penalidades previstas neste artigo, aplicando-se na sua falta, com as devidas adaptações a legislação penal e processual existentes.

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:08
PLO n.0192/25-AL

§ 12º – Da decisão da Diretoria que desfiliar a entidade, ou que lhe aplicar qualquer outra punição, caberá recurso à Assembleia Geral.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se
Folha 09

Art. 13 – Para serem admitidas como filiadas à **FAAP** e para terem direito a participação em Assembleia, com direito a voz e voto, os Clubes deverão atender, cumulativamente, seguintes condições essenciais:

I – Ser constituída juridicamente sob uma das formas admitidas em direito;

II – Possuir Estatutos devidamente registrados em Cartório ou Órgão competente, em conformidade com as normas da **FAAP**, não colidente e compatível com a legislação vigente;

III – Possuir Diretoria com poderes de mandatário e de representação regularmente constituído, com a Ata de Eleição e posse registrada no Cartório ou Órgão competente encaminhando o rol com o nome e quantidade dos dirigentes;

IV – Possuir CNPJ ativo.

§ 1º - A perda de quaisquer das condições, relacionadas nos incisos I, II, III, IV deste artigo, acarretará a imediata suspensão dos direitos da filiada, uma vez notificada à mesma, por carta com aviso de recebimento, cessando a suspensão a contar do restabelecimento destas condições.

§ 2º - Sem prejuízo das condições essenciais prevista neste artigo, os deveres e os direitos dos filiados são os estabelecidos neste Estatuto, além de outros que vierem a ser instituídos pela legislação Pública e por outros atos legalmente reconhecidos.

Art. 14 – Perderá o direito a participação em Assembleias o Clube que não realizar pelo menos 1 (um) evento e que tiver o mínimo de 10 (dez) pilotos filiados, devendo enviar relatórios anuais, a título de comprovação do exercício regular de suas atividades. Perderá o direito a voz e voto também o Clube e a Comissão de Pilotos que tiver pendência documental ou financeira para com a **FAAP**, vencida a mais de 30 (trinta) dias.

§1º - Para fins do *caput*, a **FAAP** deverá enviar uma notificação à entidade filiada. Persistindo por mais 30 (trinta) dias a inadimplência documental ou

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

financeira, se aplicará a imediata suspensão dos direitos da filiada, uma vez notificada a mesma por carta com aviso de recebimento, cessando a suspensão a contar da quitação da dívida e/ou do envio dos relatórios anuais e documentos pendentes.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se
no verso da última folha que o compõe.
Folha 108

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

CAPÍTULO II

Dos Poderes e Dos Órgãos Técnicos de Cooperação

SEÇÃO I

Da Discriminação

Art. 15 – São poderes instituídos na **FAAP:**

I – Assembleia Geral;

II – Conselho Fiscal;

III – Presidência;

IV – Diretoria

§ 1º São órgãos técnicos e de cooperação, cuja organização, composição e funcionamento são objetos de regulamentos e normas próprios, todos nomeados pelo presidente e homologados pela Diretoria da FAAP, exceto o Tribunal de Justiça Desportiva (TJD), este que possui autonomia e independência, na forma da lei.

I – Conselho Consultivo de Técnicos e Atletas;

II – Comissão de Arbitragem;

III –Tribunal de Justiça Desportiva.

§ 2º – A FAAP não reconhecerá como válidas as disposições que regulem a organização e o funcionamento de suas filiadas e vinculadas, quando conflitantes com as normas referidas neste estatuto e, principalmente, na legislação pertinente.

§ 3º – Os mandatos de todos os membros dos poderes da FAAP será de 4 (quatro) anos, contados da data de sua posse, permitida 1 (uma) recondução, e só poderão ser exercidos por pessoas que satisfaçam as condições da Legislação Desportiva em vigor.

§ 4º - O exercício do cargo de quem estiver cumprindo penalidade ou suspensão ficará interrompido durante o prazo respectivo.

§ 5º - O membro de qualquer poder ou órgão poderá licenciar-se do cargo ou função por prazo não superior a 90 (noventa) dias.

§ 6º - Sempre que ocorrer vaga de qualquer membro eleito para os poderes da **FAAP,** o seu substituto completará o tempo restante do mandato.

§ 7º - Compete à Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal, à Diretoria e ao Tribunal de Justiça Desportiva a elaboração de seus respectivos Regimentos Internos.

Cartório de Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 118

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Art. 16 – São instituídos como órgãos técnicos e de cooperação, vinculados a Diretoria da **FAAP:**

I. **Conselho Técnico Desportivo;**
II. **Comissão Estadual de Circuitos;**
III. **Comissão Estadual de Velocidade na Terra;**
IV. **Comissão Estadual de Rally;**
V. **Comissão Estadual de Fora de Estrada;**
VI. **Comissão Estadual de Arrancada, Drift, Track Day, Recordes e Testes;**
VII. **Comissão Estadual de Veículos Históricos, Transporte e Turismo;**
VIII. **Comissão Estadual de Medicina Desportiva;**
IX. **Comissão Estadual Feminina de Automobilismo;**
X. **Comissão Estadual de Turismo Automotivo;**
XI. **Comissão Estadual de Automobilismo Virtual;**

Parágrafo Único – A Diretoria da **FAAP** poderá instituir outros órgãos técnicos e de cooperação, no interesse do desenvolvimento do Automobilismo de competição, garantida a participação dos atletas filiados na elaboração dos Regulamentos dos Campeonatos, nos mesmos moldes do artigo 7, §5º deste estatuto, através de Comissão Estadual de Pilotos da FAAP.

Art.17 - Os cargos presidente e vice-presidentes da FAAP e também o que qualquer órgão social da FAAP poderá ser ocupado por cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos, respeitando as condições previstas no artigo 20 desse estatuto e o artigo 23, inciso II, alíneas A, B, C, D, E e F, da lei 9.615/1998.

Art.18 - Os membros dos órgãos sociais da FAAP não receberão qualquer retribuição financeira ou material pelo exercício de seus cargos, mas serão ressarcidos pelas despesas que fizerem, desde que previamente autorizadas pela Diretoria.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Eduardo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 12

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Art. 19 - Não podem ser eleitos ou nomeados para cargos em órgão social da FAAP:

I – Pessoas residentes ou domiciliadas fora do Brasil;

II - Os que estiverem cumprindo penalidades impostas por Tribunais de Justiça Desportiva ou pela FAAP;

III - inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos em decisão administrativa definitiva;

IV - Inadimplentes na prestação de contas da própria entidade;

V - Afastados de cargos eletivos, de livre nomeação ou de confiança, em gestão patrimonial, administrativa ou financeira, irregular ou temerária da FAAP, filiada ou vinculada;

VI – os falidos e os inadimplentes das contribuições trabalhistas e previdenciárias;

VII – os condenados por crime doloso em sentença definitiva, que ainda não tenham cumprido integralmente sua pena.

VIII – Os Membros do Conselho Fiscal de Clubes, Associações, "times" e "equipes" de praticante de Automobilismo;

§1º. É condição e requisito, para concorrer ao cargo de Presidente da FAAP que o candidato apresente certidão negativa de antecedentes criminais, bem como certidões de regularidade fiscal junto às receitas federal, estadual e municipal, INSS e FGTS.

§2º. No caso dos incisos III, IV, V, VI, VII, o prazo de inelegibilidade será de 10 anos.

§3º. No caso de inscrição para cargos eletivos, os candidatos assinarão termo de responsabilidade no que tange ao rol de inelegibilidade previstas neste artigo e em seus incisos.

§4º. É obrigatório o afastamento preventivo e imediato dos dirigentes, eleitos ou nomeados, caso haja fundamentados indícios de terem incorrido em quaisquer das hipóteses *caput*, assegurado o processo regular e a ampla defesa para a destituição do cargo.

§5º. Para o desempenho de funções e cargos eletivos nos poderes da FAAP, é vedada a participação no processo eleitoral do cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até o 2º grau, do presidente ou vice-presidente da Entidade.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso de última folha que o compõe.
Folha 13

Protocolo Digital 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

SEÇÃO II
Da Comissão Estadual de Pilotos

Art. 20 - Deverá ser constituída uma Comissão Estadual de Pilotos, cujos representantes serão escolhidos por meio de voto direto, em eleição organizada pela FAAP, de acordo com o art. 23 - da Lei 9.615 de 1998, cujo mandato será de (04) quatro anos, renovável uma única vez por igual período.

Art. 21 - A Comissão Estadual de Pilotos será integrada por pilotos com a atribuição de sugerir, opinar e assessorar a Diretoria da FAAP nos assuntos do Automobilismo.

Art. 22 - A Comissão Estadual de Pilotos será constituída por 05 membros, respeitadas a proporcionalidade contida na Lei Geral do Esporte (lei nº 14.597/2023).
Parágrafo Único. As normas e recomendações emanadas da Comissão Estadual de Pilotos serão submetidas para à apreciação da Diretoria, para o fim dos atos normativos.

Art. 23 - A Comissão Estadual de Pilotos terá a competência, organização e funcionamento estabelecidos com regulamento próprio, tendo direito a participar da elaboração dos regulamentos dos Campeonatos, posteriormente devendo serem aprovados pelas Diretorias de cada modalidade.

Art. 24 - A Comissão Estadual de Pilotos, além das sugestões e acompanhamento dos trabalhos da FAAP, por ocasião das reuniões de Diretoria e das Assembleias Gerais, na aprovação do regulamento das competições e nos eventos em geral. O Presidente da Comissão Estadual de Pilotos terá direito a participação nas

Assembleias Gerais Ordinárias, Extraordinárias e Eletivas, com direito a voz e 1 (um) voto.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 14

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

SEÇÃO III

Da Assembleia Geral

Art. 25 – A Assembleia Geral, poder constituinte e soberano da **FAAP,** é constituída pelos Clubes, **cada um com direito a 01 (um) voto**.

§ 1º - Será admitida a tomar parte da **Assembleia Geral da FAAP**, com direito a voz e 1 (um) voto, a Comissão Estadual de Pilotos da FAAP.

§ 2º - Fica acordado entre os filiados, que a representação política e jurídica das Federações nas reuniões da Assembleia Geral será personalíssima e restrita, admitida só a um dos legítimos representantes estatutários do filiado e na ordem hierárquica, atribuída primeiro ao Presidente e, em sua falta ou impedimento, ao 1º ou 2º Vice-Presidentes, estando expressamente vedada a representação por qualquer tipo de instrumento de procuração, inclusive os que contenham outorga de poderes da cláusula "*judicia*" et "*extra judicia*";

§ 3º - A representação das filiadas será comprovada mediante a exibição antecipada da ata de eleição e posse dos dirigentes, devidamente registrada no Cartório ou órgão competente, junto com cópia de um documento de identificação pessoal que goze de fé pública;

§ 4º - A filiada que faltar, salvo motivo fortuito ou força maior, a duas reuniões consecutivas da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, perderá o direito de voto nas Assembleias Gerais, só o readquirindo na Assembleia Geral realizada após a próxima Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária que comparecer, ficando assegurado o direito de participação nas Assembleias Gerais de forma não presencial, nos termos do art. 4º A da Lei 13.019/2014;

§5º - No caso de Assembleia Eletiva e Não Eletiva, o pagamento, bem como a entrega de documentos, após a divulgação do colégio eleitoral, não altera o colégio eleitoral já divulgado, salvo se o débito se comprove inexistente ou já tenha sido quitado antes da data limite de 48 horas antes da divulgação. E salvo se os documentos apresentados tenham data de emissão anterior a esta mesma data limite;

§ 6º - A divulgação do colégio eleitoral, bem como a situação documental e financeira de todas dos Clubes, estará à disposição dos Clubes pela Internet

através do Site da FAAP. Desta forma, todo Clube terá conhecimento de sua situação perante a **FAAP**, bem como dos demais filiados.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A autenticidade deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 15

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

§ 7º - No caso Assembleia Eletiva, os Clubes, até 48 horas antes da divulgação do colégio eleitoral, poderão saldar seus débitos (em espécie) e regularizar documentações necessárias para terem direito a voto;

§ 8º - Os pedidos de novas filiações serão examinados pela Assembleia Geral, mediante parecer da Diretoria da **FAAP**, cientes os Clubes postulantes de que, ressalvado apenas o direito à participação, somente usufruirão o direito a voto nas reuniões do poder maior, a partir da 1ª reunião ordinária que se seguir àquela concessiva de sua filiação;

Art. 26 – Compete a **Assembleia Geral,** além das atribuições e dos poderes gerais prescritos neste Estatuto:

a) Eleger, para mandato de 04 (quatro) anos, permitida 1 (uma) única recondução, o Presidente e um Vice-Presidente da **FAAP**, os Membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal;

b) Autorizar o Presidente da **FAAP** a alienar bens imóveis, a constituir ônus ou direitos reais sobre os mesmos e a doar bens móveis e imóveis;

c) Resolver sobre a extinção da **FAAP**;

d) Decidir sobre a desfiliação da **FAAP** de organismos nacionais e internacionais, em votação de que participem, ao menos, dois terços de seus Membros;

e) Interpretar este Estatuto em última instancia;

f) Alterar este Estatuto, no todo ou em parte;

g) Decidir sobre a filiação e desfiliação de clubes filiados, sendo que, para esta última, por dois terços dos presentes à Assembleia Geral.

§ 1º - A Assembleia Geral disporá do Regimento Interno por ela mesma, aprovado e no qual serão prescritas as normas relativas ao seu funcionamento,

§ 2º - Os eleitos pela Assembleia Geral, desde que não seja verificado nenhum impedimento, tomarão posse no dia 2 de janeiro após a eleição.

§ 3º - O Presidente e seus Vice-Presidentes em exercício permanecem no cargo até a posse do Presidente eleito, devendo cumprir fielmente as funções e determinações deste estatuto e demais normas expedidas pela FAAP.

Art. 27 – A Assembleia Geral da **FAAP** se reunirá ordinariamente, anualmente, no primeiro semestre, para deliberar sobre o relatório das atividades do ano que se finaliza, o orçamento e planejamento para o exercício que se inicia, a premiação dos campeões, bem como deliberar acerca de qualquer outra matéria, incluída na pauta dos trabalhos, podendo se reunir dentro ou fora de sua sede; e **quadrienalmente**, na sede da entidade, no segundo semestre, para eleger os Membros dos Poderes eletivos da **FAAP**;

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se
no verso da última folha que o compõe.
Folha 16

Protocolo Digital: 9267/25 em 07/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

§ 1º - A Assembleia Geral Ordinária instalar-se-á em 1ª chamada, com a presença de metade mais um de seus Membros com direito a voto e, em 2ª chamada, uma hora após, com a presença de qualquer número de Membros com direito a voto;

§ 2º - A Assembleia Geral será instalada pelo Presidente da **FAAP**, que a presidirá, ressalvadas as Assembleias Gerais eletivas e as em que forem apreciadas as contas de sua gestão, quando então, no caso das Assembleias Eletivas será presidida por um dos membros da Comissão Eleitoral, em especial, pelo Presidente da Comissão Eleitoral, no caso das Assembleias para apreciação das contas de sua gestão, será presidida por um dos representantes dos filiados presentes, eleito na ocasião, por maioria simples;

§ 3º - As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples de votos, ressalvado os casos expressos em que este Estatuto estabeleça quórum especial;

§ 4º - As Assembleias Gerais Ordinárias, Extraordinárias, serão convocadas através de edital, publicado através do Site da **FAAP**, com antecedência mínima de 10 (dez) dias antes da data de realização.

§ 5º - As **Assembleias Eletivas** serão realizadas no segundo semestre, na sede da entidade, convocadas no prazo de 50 (cinquenta) dias antes desta data, na mesma forma do parágrafo anterior, fixando-se a data limite para registro das chapas 45 (quarenta e cinco) dias antes desta data. Os eleitos tomarão posse no dia 02 de janeiro após a Assembleia.

§ 6º - No caso de eleição que não seja por fim de mandato preestabelecido quando da eleição, a data limite para registro das chapas é de 20 (vinte) dias antes da data da eleição.

§ 7º - Para alterar o estatuto é necessário a presença da maioria (metade mais um) dos filiados com direito a voto, em primeira convocação, ou de 1/3 deles em segunda convocação, uma hora depois, devendo a decisão ser tomada pelo voto favorável de 2/3 dos presentes.

§ 8º - Não havendo quórum na primeira e segunda convocações, haverá tantas outras convocações quantas necessárias, até que se consiga a presença do terço necessário, com 48 horas de intervalo entre elas.

§ 9º - Nos demais casos as decisões serão tomadas por maioria absoluta de votos e, havendo mais de duas opções para os votantes, por maioria simples.

§ 10º - No caso de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os seus associados poderão se reunir por meio de conferência eletrônica (virtual), devendo a ata ser assinada por certificado digital, não havendo necessidade presencial física de seus membros, devendo seguir os ritos temporais de convocação.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 17

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Art. 28 – A Assembleia Geral reúne-se, extraordinariamente, para:

I – Quando necessário, tratar de qualquer matéria que seja urgente e de relevante interesse da **FAAP**;

Art. 29 – As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente da **FAAP**, na forma deste Estatuto, sendo garantido a 1/5 (um quinto) dos filiados o direito de convoca-la;

Art. 30 – Os procedimentos eleitorais assegurarão:

I – Publicação do colégio eleitoral, 10 (dez) dias antes da eleição, constituído de todos os filiados no gozo de seus direitos;

II – Defesa prévia do candidato e do associado do direito de participar da eleição, no prazo de 03 (três) dias, em caso de impugnação;

III – eleição convocada conforme previsões contidas na Lei Pelé e neste Estatuto;

IV – Sistema de recolhimento de votos imune a fraudes, devendo, no caso de votação secreta, serem designados pelo **Presidente da Assembleia Eletiva**,

no mínimo, 03 (três) escrutinadores para procederem à verificação e contagem dos votos, assegurada a votação não presencial;

IV – Acompanhamento da apuração pelos candidatos e meios de comunicação, sendo franqueado o acesso ao recinto da Assembleia eletiva aos candidatos concorrentes e à mídia.

V – Constituição de pleito eleitoral por comissão apartada da diretoria da entidade desportiva.

VI – A convocação das Eleições deverão ser realizadas mediante publicação disponibilizado no site da FAAP.

VII – A fiscalização do processo eleitoral por 01 (um) delegado das chapas concorrentes, que deverão ser nomeados pelas mesmas, e, por 1 (um) membro do conselho fiscal.

§ 1º - Somente serão aceitas inscrições, de chapas protocoladas por escrito, na Secretaria da **FAAP**, em horário de funcionamento do escritório, mediante requerimento de um clube filiado, sendo indeferidas e tidas por inexistentes aquelas que não contiverem todos os nomes dos candidatos aos cargos eletivos, encabeçadas pelos candidatos à **Presidência da FAAP**;

§ 2º - As votações serão, em regra, em aberto, convertidas automaticamente para a forma de escrutínio secreto no caso de solicitação de metade mais dos membros das Federações representadas na Assembleia Geral, desde que tenha direito a voto;

§ 3º - A apuração será feita sempre considerando "o cabeça" de chapa, computando-se os votos sempre em favor daquele, vedada a substituição dos candidatos aos cargos de Presidente e Vice-Presidentes após a inscrição da chapa, salvo em caso de morte;

§ 4º - Executada a apuração, ocorrendo empate entre duas ou mais chapas, proceder-se-á a uma nova votação só entre as chapas que obtiverem, a maior, igual numero de votos na 1ª eleição e, persistindo novo empate entre elas, será considerada eleita a chapa cujo candidato ao cargo de Presidente for o mais idoso;

§ 5º - Quando da realização das eleições, a Comissão Eleitoral poderá baixar normas e instruções visando discipliná-las, normas e instruções disciplinadoras que, quando baixadas, obrigam a todos, com o seu descumprimento ensejando

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá/AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 18

Protocolo Digital: 9267/25 em 20/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

o impedimento do registro da chapa, ou seu cancelamento, não podendo ser incompatíveis ou conflitantes com as normas deste Estatuto e/ou com a Lei, exceto questões operacionais que caso não sejam alteradas, podem acarretar a inviabilização do pleito.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 19

§ 6º Terá direito a voto em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o representante indicado pela Comissão Estadual de Pilotos, conforme disposto no artigo 24 deste estatuto.

§ 7º - O processo eleitoral será constituído por Comissão Eleitoral apartada da Diretoria da FAAP, de forma específica para o pleito e será formada por 3 (três) pessoas, nos trinta dias que antecedem à realização da Assembleia Eletiva.

§ 8º - Os integrantes que forem indicados a comporem a Comissão Eleitoral não poderão ser candidatos na eleição ou parte do corpo diretivo anunciado pela chapa, devendo agir com lealdade processual, independência, imparcialidade e observância às disposições do Estatuto Social da FAAP e da legislação vigente.

§ 9º - A Comissão Eleitoral será composta por:

a) 01 (um) membro indicado pela Diretoria da FAAP;

b) 01 (um) membro indicado pelos Clubes filiados;

c) 01 (um) membro da Comissão Estadual de Pilotos da FAAP.

§ 10º - A Comissão Eleitoral, uma vez composta, escolherá entre os três membros, quem incumbirá o exercício e cargo de Presidente e Secretário, no dia da Assembleia Eletiva.

Art. 31 - É garantida a representação, com direito a voto, da Comissão Estadual de Pilotos e entidades de prática esportiva para a aprovação do Regulamento de Competições.

Art. 32 - Os representantes dos pilotos de que trata o dispositivo acima deverão ser escolhidos pelo voto destes, em eleição direta, organizada pela entidade de administração do desporto, em conjunto com as entidades que os representem, observando-se, quanto ao processo eleitoral, disposto no art. 22 da Lei 9.615 de 1998.

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Art. 33 - Todos os integrantes das assembleias-gerais terão acesso irrestrito aos documentos, informações e comprovantes de despesas de contas que trata o art. 24 da Lei Federal 9.615/98

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha

Art. 34 – A participação não presencial das filiadas nas Assembleias Gerais será comprovada por meio de mensagem de texto no chat da plataforma de realização da Assembleia, substituído sua assinatura pela assinatura do Presidente da Assembleia, devendo ainda ser anexada na ata o *printscreen* de comprovação da participação.

Parágrafo Único – O Clube Filiado ou a Comissão Estadual de Pilotos, caso deseje assinar a ata de reunião poderá fazê-la na forma de assinatura qualificada (por certificado digital), ficando vedada a assinatura física dos participantes não presenciais, optando por fazer-se substituir sua assinatura pela do Presidente ou exarar assinatura qualificada no documento após sua leitura

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 as 12:00
PLO n.0192/25-AL

Seção III

Do Tribunal de Justiça Desportiva e das Comissões Disciplinares

Art. 35 – A organização, o funcionamento e as atribuições da Justiça Desportiva, limitadas ao processo e julgamento das infrações disciplinares e às competições desportivas, serão definidas no Código Brasileiro de Justiça Desportiva, de acordo com o que dispõe a legislação federal.

Art. 36 – É vedado aos dirigentes desportivos das entidades de administração e das entidades de prática o exercício de cargo ou função na **Justiça Desportiva**, exceção feita aos Membros dos Conselhos deliberativos das entidades de prática desportiva.

Art. 37 – Ao Tribunal de Justiça Desportiva da **FAAP**, poder judicante, autônomo e independente, composto por 09 (nove) Membros, indicados na forma do art. 55 da Lei nº. 9.615/98 com a redação alterada pela Lei nº 9.981/2000, com mandato de (04) quatro anos, permitida apenas uma

recondução, compete processar e julgar, em última instância, as questões previstas no Código Brasileiro de Justiça Desportiva.

§ 1º - Junto ao Tribunal de Justiça Desportiva - **TJD** para julgamento em 1ª instancia, envolvendo competições estaduais, funcionarão tantas Comissões Disciplinarem quantas se fizerem necessárias, compostas, cada qual, de 05 (cinco) Membros, que não pertençam ao **TJD**, por estes indicados e nomeados pelo Presidente da **FAAP**;

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá/AP
Raul Francisco Ernonaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 21

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

§ 2º - Os Membros do Tribunal de Justiça Desportiva e das Comissões Disciplinares poderão ser bacharéis em Direito ou pessoas com notável saber jurídico desportivo e de conduta ilibada.

§ 3º - A **FAAP** disponibilizara local e meio para o funcionamento do Tribunal de Justiça Desportiva e das Comissões Disciplinares;

§ 4º - O TJD e as Comissões Disciplinares elegerão seu Presidente entre seus Membros dispondo, ainda, sobre o Regimento Interno;

§ 5º - Das decisões das Comissões Disciplinares caberá recurso ao Tribunal de Justiça Desportiva, nas hipóteses previstas no respectivo Código Brasileiro de Justiça Desportiva, mediante o recolhimento da taxa de preparo, prevista em resolução da FAAP;

§ 6º - A Comissão Disciplinar aplicará sanções em procedimento sumário, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Art. 38 – Junto ao **Tribunal de Justiça Desportiva** funcionará 01 (um) ou mais Procuradores e 01 (um) Secretário, nomeados pelo seu Presidente.

Art. 39 – Havendo vacância do cargo de Auditor, Membro efetivo do Tribunal de Justiça Desportiva, o seu Presidente deverá oficiar a entidade indicadora, para que no prazo máximo de 30 (trinta) dias promova nova indicação.

Art. 40 – Compete ao Presidente Tribunal de Justiça Desportiva conceder licença temporária aos seus Membros, nunca superior a 90 (noventa) dias.

Sessão IV

Do Conselho Fiscal

Art. 41 – O Conselho Fiscal, poder de fiscalização da administração geral da FAAP, se constituirá de 03 (três) membros efetivos e 01 (um) membro suplente, eleitos com mandatos de 04 (quatro) anos, pela Assembleia Geral, permitida 1 (uma) única recondução.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 22

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

§ 1º - Compete ao **Conselho Fiscal:**

a) **Examinar** os livros, documentos e balancetes;

b) **Apresentar à Diretoria** parecer anual sobre o projeto de orçamento para o exercício seguinte e sobre o movimento econômico, financeiro e administrativo da **FAAP**, bem como sobre o resultado da execução orçamentaria do exercício anterior,

c) **Denunciar** à **Assembleia Geral** erros administrativos, qualquer violação da Lei ou deste Estatuto, sugerindo as medidas a serem tomadas, inclusive para que possa, em cada caso, exercer plenamente sua função fiscalizadora;

d) **Reunir-se**, quando necessário, mediante convocação da **Assembleia Geral,** do Presidente da **FAAP**, da maioria dos filiados ou de qualquer dos seus próprios Membros;

e) **Homologar** o recebimento de doação ou legados e opinar sobre a conversão deles em dinheiro, tratando-se de coisa móvel;

f) **Convocar** a **Assembleia Geral** quando ocorrer motivo grave e urgente.

§ 2º - O **Conselho Fiscal** terá seu Presidente eleito pelos Membros efetivos que o compõem e disporá sobre sua organização e funcionamento em Regimento Interno por ele mesmo aprovado, obedecendo ao disposto na legislação pública, **vedado aos Membros do Conselho Fiscal de entidade desportiva o exercício de cargo ou função no Conselho Fiscal da FAAP.**

§ 3º - No mínimo, um, dentre membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal deverá ser economista, administrador ou contabilista ou, pelo menos, ter alguma experiência em contabilidade.

Seção V
Da Presidência

Art. 42 – A **Presidência** compor-se-á do Presidente e de um Vice-Presidente, eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida 1 (uma) única recondução.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erlonaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 23

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 as 12:30
PLO n.0192/25-AL

Art. 43 – Ao **Presidente** da **FAAP** compete a função executiva na administração da entidade, com amplos poderes de representação, ativa e passiva, judicial e extrajudicial podendo constituir procuradores.

§ 1º - Ao Presidente, no exercício dos poderes referidos neste artigo, cumpre a adoção de quaisquer medidas oportunas à ordem ou aos interesses da **FAAP,** nos casos omissos ou urgentes, que sujeitarem este Estatuto à controvérsia de interpretação.

§ 2º - Ao Presidente, além das demais atribuições prescritas neste Estatuto, compete:

a) **Adotar** qualquer medida julgada oportuna à ordem ou aos interesses da **FAAP**, inclusive nos casos omissos ou urgentes que sujeitarem este Estatuto à controvérsia de interpretação, "*ad referendum*" da **Assembleia Geral**, podendo constituir procuradores;

b) **Supervisionar**, coordenar, dirigir e fiscalizar as atividades administrativas, econômicas, financeiras e desportivas da **FAAP**;

c) **Supervisionar** o pessoal a serviço remunerado na entidade e, em consequência, nomear, admitir, designar, comissionar, contratar ou rescindir contratos, exonerar dispensar, demitir, punir destituir, licenciar, dar férias, elogiar e premiar;

d) **Apresentar** à **Diretoria**, em cada uma das suas reuniões anuais, relatórios circunstanciados da administração realizada no exercício anterior, juntamente com o parecer do **Conselho Fiscal** e balanço do movimento econômico, financeiro e orçamentário;

e) **Cumprir** e fazer cumprir os mandamentos em vigor na **FAAP**, originários dos poderes públicos, dos organismos desportivos internacionais a que esteja filiada e dos poderes internos;

f) **Nomear** e dispensar os Presidentes, Diretores e os Membros dos órgãos e Comissões que independem de eleição, licenciar, a pedido, qualquer um

dos integrantes dos órgãos da **FAAP** e designar componentes para as Comissões que instituir;

g) **Convocar** os órgãos de cooperação;

h) **Fiscalizar** a arrecadação da receita e autorizar o pagamento de despesas, observado o orçamento em execução e os limites dos créditos adicionais;

i) **Autenticar** os livros da **FAAP**;

j) **Assinar** títulos, cheques, em conjunto com o Diretor de Finanças, observadas as disposições deste Estatuto;

k) **Celebrar** acordos, contratos e convênios ou quaisquer outros termos, que constituam compromissos, obedecido o Estatuto;

l) **Fazer** publicar os atos originários dos poderes internos, bem como mandar expedir todos os atos de interesse da **FAAP**, em especial normas, regras e instrumentos técnico desportivos, aprovados pelos órgãos competentes e qualquer outro mandamento a cargo da Presidência;

m) **Constituir** as delegações incumbidas da representação da **FAAP**, dentro e fora do País;

n) **Pôr** em execução os atos decisórios dos poderes internos e efetivar as penalidades decretadas pelos órgãos competentes;

o) **Guardar** e conservar os bens imóveis da **FAAP**, alienar e constituir direitos reais sobre os referidos imóveis e doar bens móveis e imóveis, mediante autorização da Assembleia Geral;

p) **Sujeitar** a depósito, em instituição oficial de crédito do País, os valores da **FAAP**, em espécie ou títulos;

q) **Presidir** as reuniões da Diretoria, com direito a voto, inclusive o de desempate;

r) **Aplicar** às pessoas físicas e jurídicas, sujeitas à jurisdição da **FAAP**, quando cabíveis, as sanções previstas neste Estatuto, ressalvadas a competência dos demais poderes internos;

s) **Homologar** os atos internos da **FAAP**, quando couber;

t) **Mandar** expedir instruções e avisos às filiadas, desde que não contenham disposições incompatíveis com as Leis superiores, deste Estatuto ou atos originários de outro poder interno;

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 24

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

u) **Credenciar** ou nomear delegados e assistentes especiais para representá-lo em eventos oficiais e técnicos;

v) **Designar** os Vice-Presidentes Regionais da **FAAP**;

w) **Representar** o Automobilismo em qualquer atividade de cunho Internacional, bem como autorizar, orientar, coordenar e fiscalizar as atividades internacionais das filiadas,

x) **Exercer** quaisquer outras atribuições executivas, que não tenham sido explicitamente previstas neste Estatuto.

y) **Realizar** operações financeiras dentro da instituição bancária: empréstimo, financiamentos, CDC veículo, Leasing, limites de contas correntes, cartão de crédito e quaisquer outros que sejam utilizadas em benefício da **FAAP**.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se
no verso da última folha que o compõe.
Folha 258

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Art. 44 – O Vice-Presidente da **FAAP** é o substituto eventual do Presidente e, no impedimento deste, assumira o Presidente do TJD.

Parágrafo Único – o Vice-Presidente, independentemente do exercício eventual da presidência da **FAAP**, poderá desempenhar parcelas das funções executivas do Presidente, em caráter transitório, quando por este delegado, em termo expressos.

Art. 45 – No caso de vacância da presidência da **FAAP**, na vigência do último ano do mandato eletivo, o Vice-Presidente completará o período, se antes desse prazo, haverá nova eleição, a ser convocada em no máximo 90 (noventa) dias da data da vacância.

Sessão VI
Da Diretoria

Art. 46 – A Diretoria da FAAP, com mandato de quatro anos, permitida 1 (uma) única recondução, é o poder administrativo da entidade e terá o poder de decidir sobre assuntos correntes e urgentes.

Art. 47 – A diretoria da **FAAP** será nomeada pelo Presidente da Federação e compõem-se, do Diretor de Finanças, do Diretor Jurídico, do Diretor Médico, do

Diretor Técnico podendo nomear Diretores de designação específica a critério do Presidente.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A existência deste documento encontra-se
no verso da última folha que o compõe.
Folha 26

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Art. 48 – À Diretoria, além das atribuições já previstas neste Estatuto, compete:

a) Manifestar-se sobre os assuntos de interesse da Entidade;
b) Colaborar com a presidência, e demais poderes e órgãos, visando o bom e fiel cumprimento das finalidades da **FAAP;**
c) Aprovar todos os mandamentos e atos de caráter normativos, próprio da **FAAP,** ressalvada a competência dos demais poderes e órgãos técnicos;
d) Autorizar a Entidade a receber doações e legados, em ato homologado pelo Conselho Fiscal;
e) Decretar as sanções de cunho administrativo, prevista neste Estatuto, que não pertencerem à competência de outro poder; sendo que dessa decisão caberá recurso necessário para a Assembleia Geral;
f) Escolher os componentes das Comissões que vierem a ser constituídas pelo Presidente;
g) Exercer qualquer outra competência regulamentar que não colhida com o disposto no Estatuto;
h) Propor, à Assembleia Geral, após processo regular, a filiação ou desfiliação de Entidades;
i) Julgar as contas do exercício financeiro anterior, acompanhadas do balanço financeiro e patrimonial, instruído com parecer conclusivo do Conselho Fiscal;
j) Constituir a Ouvidoria Geral da entidade, responsável pelo recebimento, processamento e resposta às solicitações relacionadas aos relatórios de gestão e execução orçamentária da FAAP;
k) Aprovar o modelo de emblema da FAAP nos uniformes;
l) Aprovar os estatutos dos filiados, bem como suas reformas parciais ou totais;
m) Interpretar este estatuto;
n) Regulamentar a Nota Oficial;

o) Decidir sobre a fixação de prêmios, gratificação e ajudas de custo e de manutenção (hospedagem, alimentação, transporte interno, transporte interestadual e outros) para a participação de atletas, funcionários e parceiros nas diversas competições intermunicipais, estaduais e nacionais, observadas as dotações orçamentárias e legislação vigente;

p) Zelar pela harmonia entre os filiados, em benefício do progresso e da unidade política do Automobilismo brasileiro.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Ernonaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 27

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

§ 1º - Os Membros da Diretoria não respondem pessoalmente pelas obrigações que contraírem em nome da **FAAP**, na prática de ato regular da sua gestão, mas assumem essa responsabilidade pelos prejuízos que causarem, em virtude de infração do Estatuto e da Lei;

§ 2º - A Diretoria e as Comissões Técnicas, reunir-se-ão, preferencialmente uma vez por ano no segundo semestre, por convocação do Presidente da **FAAP** ou de seu substituto, com o comparecimento, no mínimo, de 03 (três) Diretores, e deliberará por maioria simples dos presentes à reunião, cabendo ao Presidente da **FAAP** ou ao seu substituto o voto de desempate.

Art. 49 – O Diretor de Finanças incumbir-se-á do desempenho dos encargos econômicos e financeiros da Entidade; acompanhará a execução do orçamento de cada exercício; elaborará a proposta orçamentária a ser revista e adotada; organizará o documentário destinado a instruir o levantamento do balanço; exercerá o controle administrativo da despesa e da receita; executará os atos que influenciarem o patrimônio, as finanças e o orçamento, e proverá os serviços inerentes à administração financeira da Entidade, inclusive mediante a assinatura de documentos e títulos.

Art. 50 – O Diretor Jurídico centralizará o estudo e a supervisão de todos os assuntos de ordem legal da **FAAP**; pronunciar-se-á por iniciativa de qualquer poder interno sobre as matérias compreendidas no domínio de suas funções específicas, desempenhará os demais encargos de consultoria ou procuradoria que lhe forem atribuídos pelo Presidente da Entidade.

Art. 51 – Ao Diretor Técnico incumbirá o estudo e a supervisão de todos os assuntos de índole técnico/desportivo, formulando regulamentos, dirimindo dúvidas quanto à aplicação e interpretação dos mesmos; preparar grupo técnico encarregados da inspeção de equipamentos e circuitos; desempenhar, ainda, toda atividade ligada a sua área, pronunciando-se sempre que solicitado pela Presidente da **FAAP**.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá/AP
Bel. Francisco Fridenaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 28

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Art. 52 - A FAAP terá como presidente e vice-presidente brasileiros natos ou naturalizados.

Art. 53 - No caso de destituição ou renúncia do presidente da FAAP será ele substituído pelo vice-presidente, ato a ser referendado em Assembleia Geral Extraordinária, convocada dentro de oito dias de seu afastamento.

§ 1º - No caso de afastamento temporário do presidente por até 120 dias, ou faltando menos de quatro meses para término do mandato, as substituições dispensarão a aprovação da Assembleia Geral.

§ 2º - No caso de renúncia coletiva da Diretoria, assumirá a presidência da FAAP o Presidente do Conselho Fiscal da entidade, ou ainda, um de seus membros efetivos, cumprindo-lhe em tal hipótese convocar a Assembleia Geral dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data da renúncia, para recomposição do respectivo poder, sendo que os eleitos exercerão o mandato pelo restante do período destinado aos seus antecessores.

Art. 54 - O presidente da FAAP poderá, a qualquer momento, criar novos departamentos, alterar-lhes a denominação e nomear comissões, mediante proposta à Diretoria, devidamente fundamentada.

Art. 55 - A Diretoria reunir-se-á em caráter ordinário e, extraordinariamente, quando convocada pelo presidente, deliberando com a presença da maioria de seus membros.

Art. 56 - Das decisões da Diretoria, que serão tomadas por maioria de votos, caberá recurso à Assembleia Geral, sem efeito suspensivo, e em conformidade com o disposto neste estatuto, salvo os recursos da competência do Superior Tribunal de Justiça Desportiva.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá/AP
Bel. Francisco Eriponaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se
no verso da última folha que o compõe.
Folha 29

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:50
PLO n.0192/25-AL

Art. 57 - Ao vice-presidente compete participar das reuniões da Diretoria, auxiliar o presidente, substituí-lo em seus impedimentos e suceder-lhe em caso de vacância, nos termos deste Estatuto, podendo, ainda, acumular cargos.

Art. 58 - Os membros da Diretoria da FAAP não respondem pessoalmente pelas obrigações que contraírem em nome da entidade na prática de ato regular de sua gestão, prescrevendo a sua responsabilidade após 3 (três) anos da data da aprovação, pela Assembleia Geral, das contas e do balanço do exercício em que haja findado o seu mandato.

CAPÍTULO III

Dos Órgãos Técnicos e de Cooperação

Seção I

Do Conselho Técnico Desportivo Estadual

Art. 59 – Ao Conselho Técnico Desportivo Estadual cabe exercer o controle e a fiscalização técnica do Automobilismo Estadual, competindo-lhe ainda, colaborar com os poderes e órgãos diretivos, técnicos e executivos da **FAAP** e de suas filiadas, nos trabalhos de superintendência, promoção e organização das manifestações automobilísticas do Estado do Amapá.

Art. 60 – Conselho Técnico Desportivo Estadual constituir-se-á com no mínimo 03 (três) e no máximo 05 (cinco) Membros, nomeados pelo Presidente da **FAAP**, dentre desportistas de conhecidos serviços prestados ao Automobilismo desportivo, e elevado conceito técnico. Os Membros do Conselho Técnico Desportivo Nacional serão demissíveis "*ad nutum*".

§ 1º - Os Presidentes das Comissões poderão ser cumulativamente, Membros do Conselho Técnico Desportivo Estadual.

§ 2º - A escolha do Presidente e do Vice-Presidente, do Conselho Técnico Desportivo Estadual, caberá ao Presidente da **FAAP**.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 308

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Art. 61 – Compete ao Conselho Técnico Desportivo Estadual, precipuamente:

a) Elaborar instruções, regras e normas referentes a quaisquer aspectos da prática desportiva automobilística no Estado, submetendo-as à apreciação do Presidente da **FAAP**;

b) Supervisionar os trabalhos das Comissões Estaduais, emitindo parecer para aprovação do Presidente da **FAAP**;

c) Criar ou supervisionar os regulamentos e as normas de funcionamento dos cursos técnicos profissionais;

d) Selecionar as delegações técnicas desportivas para representar a **FAAP**, dentro ou fora do País.

Art. 62 – As decisões do Conselho Técnico Desportivo Estadual deverão homologadas pelo Presidente da **FAAP**.

Seção II
Das Comissões Estaduais

Art. 63 – As Comissões Estaduais previstas neste Estatuto, órgão de assessoramento dos poderes da **FAAP** serão, cada uma, integradas por 05 (cinco) Membros, sendo, pelo Presidente da **FAAP**, e demissíveis "*ad nutum*".

Art. 64 – Cabem as Comissões Estaduais de cada modalidade, elencadas no artigo 51, supervisionar, cada uma delas, a prática desportiva de sua modalidade, elaborar regulamentos técnicos, submetendo-os à apreciação do Conselho Técnico Desportivo e inspecionar e aprovar os trabalhos de estrutura técnica, apresentados pelas Federações, para realização de etapas locais de provas dos Campeonatos Estaduais, de acordo com as normas vigentes.

TÍTULO III
DO REGIME ECONÔMICO E FINANCEIRO

CAPÍTULO I

Do Exercício Financeiro

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Eronildo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 31

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Art. 65 – O exercício financeiro coincidirá com o ano civil e compreenderá, fundamentalmente, a execução do orçamento.

§1º - Apresentação de orçamento detalhado, incluindo receitas e despesas de forma discriminada e incluirá todas as receitas e despesas, sujeitas a rubricas e dotações específicas, conforme os parágrafos seguintes:

§2º - O orçamento será único e incluirá todas as receitas e despesas, sujeitas a rubricas e dotações específicas, conforme os parágrafos seguintes:

§3º - A receita compreende:

a) As taxas de filiações, permanências ou transferências de modalidades, assim como os emolumentos a que os processos de recursos estiverem sujeitos;

b) As rendas resultantes da aplicação dos bens patrimoniais;

c) O produto de multa e indenizações;

d) A arrecadação de até 10% (dez por cento) da receita das competições internacionais, nacionais, franca e similares realizadas no Estado;

e) As subvenções e os auxílios;

f) As doações ou legados, convertidos em dinheiro, respeitados os limites impostos no estatuto.

g) Quaisquer outros recursos pecuniários que a Diretoria vier a criar;

h) **Produto** de taxas de carteiras, cédulas desportivas, licenças, registros, autorizações, inscrições, reconhecimentos, homologações e certidões;

i) **Rendas eventuais**;

j) **Recursos** provenientes de patrocínio de manifestações desportivas,

§4º - A despesa compreende:

a) O custeio das atividades desportivas dos encargos diversos e da administração da **FAAP**;

b) As obrigações de pagamento que se tornarem exigíveis em consequência dos atos judiciais, convênios, contratos e operações de crédito;

c) Encargos pecuniários não previstos no orçamento, custeados conforme autorização do Conselho Fiscal;

d) Encargos decorrentes de prêmios destinados a manifestações desportivas realizadas.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 32

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

CAPÍTULO II

Do Patrimônio

Art. 66 – O Patrimônio compreende:

a) Os bens móveis e imóveis adquiridos sob qualquer título;

b) Os troféus e prêmios tombados, insusceptíveis de alienação;

c) Os saldos beneficiários de execução do orçamento;

d) Os fundos existentes ou os bens resultantes de sua inversão;

CAPÍTULO III

Das Normas de Administração Financeira

Art. 67 – Os elementos Constitucionais da ordem econômica, financeira e orçamentária serão escriturados nos livros próprios e comprovados por documentos, mantidos em arquivo, observadas as disposições legais vigentes, em observância dos princípios fundamentais de Contabilidade e das Normas Brasileira de Contabilidade.

§ 1º - Os serviços de contabilidade serão executados em condições que permitam o conhecimento imediato da posição das contas relativas ao patrimônio, às finanças e à execução do orçamento.

§ 2º Conforme rege este estatuto, dar-se-á publicidade, através do site, ao encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e às demonstrações financeiras da entidade.

§ 3º Estabelece-se a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto neste estatuto.

§ 4º) - Todas as receitas e despesas estão sujeitas a comprovação de recolhimento ou pagamento e à demonstração dos respectivos saldos.

TÍTULO IV

CAPÍTULO I

Das Entidades Filiadas – Direitos e Deveres (Art. 54, III da Lei 10.406/02)

Art. 68 – São direitos de todos filiados:

a) Organizar-se livremente, observando na elaboração de seus Estatutos e Regimentos, as normas emanadas da **FAAP** e pelas Entidades Nacionais e Internacionais, as quais a **FAAP** é filiada;

b) Fazer-se representar na Assembleia Geral, com direito a voto, na forma deste Estatuto;

c) Inscrever-se e participar dos Campeonatos, torneios e outras competições interestaduais, regionais e nacionais, promovidos pela **FAAP**, obedecidos aos respectivos regulamentos específicos;

d) Disputar competições interestaduais, nacionais ou internacionais, com suas representações oficiais, bem como permitir que seus filiados o façam, quando for o caso, mediante licença obrigatória, previamente concedida pela **FAAP**, atendida as exigências legais;

e) Recorrer das decisões do Presidente, da Diretoria ou de qualquer outro poder da **FAAP**;

f) Tomar iniciativas que não colidam com as Leis superiores, no sentido de desenvolver o Automobilismo.

g) Ter acesso irrestrito aos documentos e informações relativos à prestação de contas, bem como àqueles relacionados à gestão da FAAP.

Parágrafo único: a alínea "a" e "g" aplica-se, exclusivamente, às pessoas jurídicas filiadas, sendo as demais concernentes a todos os filiados.

Art. 69 – São deveres de toda Entidade filiada:

a) **Reconhecer** a **FAAP** como única entidade dirigente do Automobilismo Brasileiro no Estado do Amapá, em todas as suas modalidades, respeitando cumprindo e fazendo respeitar e cumprir pelas filiadas, quando for o caso, suas Leis, regulamentos e decisões, assim como as regras desportivas e as Leis, regulamentos, normas, decisões e acordos emanados das Entidades Internacionais do Automobilismo, as quais a **FAAP** é filiada;

Certifico o Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 33

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

b) **Submeter** seu Estatuto ao exame e homologação da **FAAP**, bem como as reformas que nele proceder;

c) **Pagar**, pontualmente, as mensalidades e taxas a que estiver obrigada, as multas que lhe forem impostas, e qualquer outro débito que tenham com a **FAAP**, recolhendo aos cofres desta, dentro de 15 (quinze) dias, o valor de taxações, estabelecidas nas Leis e regulamentos em vigor;

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 34

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

d) **Cobrar** as multas impostas aos seus representantes, às suas filiadas e aos seus funcionários técnicas ou administrativos, bem como os percentuais devidos pelas competições, regionais, nacionais ou internacionais, que promover ou forem promovidas pelas entidades que lhe forem vinculadas, direta ou indiretamente, e remeter à **FAAP**, o valor arrecadado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias;

e) **Fazer** acompanhar as solicitações para registros, inscrições e transferências de atletas e licenças para competições interestaduais, regionais, nacionais ou internacionais das respectivas taxas;

f) **Solicitar** licença, obrigatoriamente, para seus atletas ausentarem-se do país, com o fim de participar de competições internacionais;

g) **Promover**, no caso de entidade de administração do Automobilismo, obrigatoriamente, campeonatos de Automobilismo em sua área de jurisdição;

h) **Atender**, prontamente, à convocação de atletas e de pessoal técnico, para integrar representação oficial da Confederação a eventos desportivos, assim como a cerimônias e solenidades;

i) **Reconhecer** na **FAAP**, autoridade única para editar regras oficiais de Automobilismo, de âmbito nacional;

j) **Estimular** e orientar a construção de pista e instalações em geral de Automobilismo;

k) **Fiscalizar** a realização de eventos interestaduais, regionais, nacionais ou internacionais, na área de sua jurisdição, dando ciência à **FAAP**, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, por intermédio de relatório pormenorizado, de qualquer anormalidade verificada com a indicação dos responsáveis;

l) **Comunicar**, dentro de 15 (quinze) dias, a eliminação de atletas;

m) **Remeter**, prontamente a **FAAP**, as inscrições e registros de atletas;

n) **Prestar**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, as informações solicitadas para a transferência de atletas para outras entidades;

o) **Atender**, na íntegra, todo o "Check List" oficial da **FAAP** quando a Federação estiver envolvida na realização do evento oficial da **FAAP**.

p) **Enviar** a sede da FAAP em toda nova eleição e/ou alteração da nova Diretoria o Termo de Posse da nova Diretoria e Estatuto devidamente registrado em cartório, a relação dos seus associados que estão em dia com as suas obrigações, acompanhados de seu Estatuto e Termo de Posse devidamente atualizados em registrados em cartório.

q) **Atualizar,** na FAAP, na primeira semana de cada semestre, o endereço de sua sede;

r) **Todo Clube é obrigado** a receber qualquer tipo de notificação da FAAP. Em caso de recusa, a entidade poderá sofrer sanção do art. 9, alínea "V";

s) Observar as normas antidopagem estabelecidas pela Agência Mundial Antidopagem e pelas Entidades Internacionais do Desporto no Automobilismo.

§ 1º - A perda de quaisquer das condições relacionadas a todas aos artigos 13 e 14, acarretará a imediata suspensão dos direitos da filiada, podendo inclusive sofrer a sanção do art. 12, alínea "V", uma vez notificada à mesma, por carta com aviso de recebimento, observados o devido processo legal e a ampla defesa, em processo administrativo instaurado com essa finalidade.

DAS MANIFESTAÇÕES DESPORTIVAS

CAPÍTULO I

Dos Equipamentos e Das Modalidades

Art. 70 – São consideradas e definidas como de competição, todas os carros e máquinas afins construídas dentro de especificações técnicas, próprias para uso em competições desportivas.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 38

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Art. 71 – A participação em competições, realizadas em território nacional, é exclusiva das equipes e Pilotos inscritos, direta ou indiretamente, à **FAAP**, ressalvado o caso de competições internacionais.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Ernonaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 36

§ 1º - Constitui prerrogativas:

a) Da **FAAP** a promoção, realização e comercialização de campeonatos e torneios Estaduais, Nacionais, eventos internacionais, tentativa de estabelecerem recordes e demais provas não definidas.

b) Dos Clubes a promoção, realização e comercialização de campeonatos e torneios locais e intermunicipais.

§ 2º - As manifestações desportivas internacionais, Estaduais ou nacionais só poderão ser realizadas por intermédio dos "Quadros Próprios de Oficiais e Agentes de Competição" de Federações filiadas e designadas pela CBA ou **FAAP em casos estaduais**, ou pelo Clube responsável, por delegação da **FAAP.**

§ 3º - Nenhuma manifestação automobilística será realizada no Estado do Amapá sem expedição prévia, pela **FAAP**, no âmbito de suas competências, de permissão de organização, prevista no Código Desportivo Nacional ou Internacional CBA/FIA.

Art. 72 – São modalidades desportivas automobilísticas dirigidas pela **FAAP** aquelas definidas pelo Código Desportivo Automobilístico da CBA.

§ 1º - A **FAAP** promoverá campeonatos anuais de cada modalidade, que consagrarão o campeão de cada categoria.

§ 2º - A **FAAP** poderá adotar toda e qualquer outra modalidade desportiva automobilística, que atenda às conveniências brasileiras, fixando sua prática e disciplina.

§ 3º - As modalidades constantes neste artigo são praticadas por Carros e Máquinas afins, sendo a FAAP a única supervisionada das modalidades.

TÍTULO V

Das Disposições Gerais

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Art. 73 – O registro, inscrição de transferência, renovação, convocação e licenciamento dos Pilotos serão regulados pelo Regulamento atual, em caso de dúvidas, pela tomada de decisão da Comissão Técnica de cada Modalidade.

Art. 74 – A **FAAP** fixará, anualmente, os valores dos emolumentos ou taxas que incidirem sobre as atividades automobilísticas, praticadas no território Estadual.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se
no verso da última folha que o compõe.
Folha 378

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Art. 75 – O ato de filiação, de qualquer entidade esportiva à **FAAP**, importa em aceitação deste e reconhecimento de um compromisso de adesão entre as entidades esportivas, integrando o compromisso, as normas que regem o Automobilismo no País, sendo reconhecidos como mandamentos este Estatuto, as que se obrigam todos os filiados, inclusive, os demais atos e normas expedidas por qualquer dos poderes internos ou órgãos de cooperação da **FAAP**, editados no exercício da respectiva competência, e todos aqueles editados pelo Poder Público do País ou por organismo privado, aos quais a **FAAP** deve obediência.

Art. 76 – O funcionamento do Conselho Técnico Desportivo Estadual e das Comissões Estaduais será definido nos respectivos Regimentos internos, que deverão ser aprovados por portaria do Presidente da **FAAP**.

Art. 77 – Em caso de dissolução da Federação, o seu patrimônio líquido reverterá a favor de outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta, de acordo com a Lei.

§ 1º Em caso de perda de qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o seu período de vigência, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta lei, e que tenha o mesmo objetivo social.

Art. 78 - A FAAP poderá conceder através da Assembleia Geral, por proposta fundamentada da Diretoria, os seguintes títulos honoríficos:

I - GRANDE BENEMÉRITO – concedido à pessoa física que, já sendo benemérita, voltar a prestar valiosa colaboração financeira ou material à FAAP;

II - BENEMÉRITO – concedido àquele que venha a prestar valiosa colaboração financeira ou material à FAAP;

III - HONORÁRIO – concedido àquele que prestar valiosos serviços à FAAP ou ao Automobilismo no Amapá;

IV - EMÉRITO - concedido ao atleta de entidade filiada ou vinculada à FAAP, ou vinculado individualmente, que obtiver título de Campeão Brasileiro, Sul Americano (e outros campeonatos importantes)

V – MEDALHA DE MÉRITO DO AUTOMOBILISMO AMAPAENSE é concedida às pessoas físicas e jurídicas que tenham prestado relevantes e inestimáveis serviços ao Automobilismo brasileiro.

§ 1º - Os títulos honoríficos previstos nos incisos I, II, III e IV serão outorgados com decisão de 2/3 das entidades filiadas presentes à Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada.

§ 2º - A MEDALHA DE MÉRITO DO AUTOMOBILISMO AMAPAENSE, prevista no inciso V deste artigo, será outorgada pela Diretoria da FAAP, "ad referendum" da Assembleia Geral.

Art. 79 – A **FAAP** foi fundada a 22 de Dezembro 2023, pelos Clubes e entidades que assinaram a lista de presença da primeira reunião, data de realização da última Assembleia Geral que fixou o presente Estatuto pelos que subscrevem a ata de fundação.

Art. 80 – Ficam fazendo parte integrante deste Estatuto, e no que ao mesmo se aplicar às disposições contidas na Lei nº. 9.615, de 24.3.98, e do Decreto nº. 2.574, de 29.4.98, e alterações posteriores.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial do Macapá/AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 38

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:39
PLO n.0192/25-AL

Art. 81 – O presente Estatuto, aprovado em Assembleia Geral de fundação, realizada em 22 de dezembro de 2023, deverá ser registrado no Cartório do Registro Cível das Pessoas Jurídicas, juntamente com a ata da Assembleia que o aprovou, entrando em vigor, na data de sua averbação no referido Registro Público.

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Eripnaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe. Folha 39

Art. 82 – O regimento interno, aprovado e alterado pela Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, complementará o presente estatuto.

Parágrafo Único. A FAAP e suas filiadas e vinculadas estarão sujeitas ainda às leis que regem o esporte e às decisões da Assembleia Geral e da Diretoria, além das normas emanadas de órgãos públicos e privados disciplinadores das entidades de fins não-econômicos, do esporte em geral e do Automobilismo em particular.

Art. 83 - Os membros dos poderes e dos órgãos técnico e de cooperação da FAAP, bem como, os presidentes e diretores das entidades filiadas e vinculadas, portadores de carteira de identificação por ela expedida, terão acesso a todas as praças de desportos sujeitas à jurisdição da entidade.

Art. 84 - As entidades filiadas e vinculadas, bem como, os atletas, dirigentes, técnicos, auxiliares e pessoas físicas que lhes forem direta ou indiretamente subordinadas ou vinculadas, mediante remuneração ou sem remuneração, tendo em vista a legislação disciplinadora da matéria, estão impedidos de recorrer à justiça comum para a solução de suas pendências com a FAAP, antes de esgotados os recursos previstos nas normais legais e estatutárias.

Art. 85 - A FAAP poderá promover a desfiliação de associado que infrinja ou tolere que sejam infringidos os estatutos da FAAP, do COB e do COI, da CBA e da FIA, respeitado o devido processo legal.

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Art. 86 - Desde que não colidam com as disposições deste Estatuto, vigorarão como se constituíssem matéria regulamentar os avisos que o Presidente da FAAP expedir, seguidamente numerado;

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá-AP
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se
no verso da última folha que o compõe.
Folha 40

TÍTULO VI

Das Disposições Transitórias

Art. 87 – A **FAAP** instituirá o seu Regimento Interno, o qual disporá, dentre outros, sobre procedimentos disciplinares, valores de taxas, multas e regras procedimentais.

Macapá – AP, 22 de dezembro de 2023.

Perpétua Socorro Torres Campos Mourão

PRESIDENTE – Federação Amapaense de Automobilismo – FAAP

Diretoria Eleita:
Presidente:

Perpétua Socorro Torres Campos Mourão, Brasileira, Casada, Aposentada, portadora do RG Nº 005306 – Polícia Científica AP e CPF/MF. Nº 226.060.052-82, residente na Rua 15 de julho, 1009 – Novo Buritizal – Conj. Laurindo Banha – Macapá – AP – CEP: 68.904-720

Vice Presidente:

Allan Penha Albuquerque, Brasileiro, casado, Representante comercial, portador do RG: 068731 POLITEC/AP, Carteira de Habilitação nº 02940530885; CPF: 508.464.852-49, residente e domiciliado na Rua angra dos reis, 442 – cond. Bela Vista – Brasil Novo – Macapá – AP – CEP: 68.900-000

Conselho fiscal:

José Maria Esteves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 675491 – SEDPMAFDPF DF, Carteira de Habilitação nº 02532543299, CPF nº 437.263.137-53, residente e domiciliado na rua Mendonça Jr, 450 – Centro – Macapá – AP - Cep 68900020;

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Conselho fiscal:

Gilson Colares Cohen, Brasileiro, Divorciado, Empresário, portador do RG nº 020496 – POLITEC/AP, Documento de Habilitação nº 03635016036, CPF nº 198.362.602-34, residente e domiciliado na Av. Itália 193 – Residencial Jardim Europa – Macapá – AP – CEP: 68.906-174

Cartório 1º Ofício Extrajudicial de Macapá/AP
Bel. Francisco Eripnaldo Cruz Júnior
Tabelião
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
A certidão de registro deste documento encontra-se no verso da última folha que o compõe.
Folha 41

Conselho fiscal:

Carlos Renan Antunes Aguiar, Brasileiro, casado, Empresário, portador do RG nº 333302 – SSP/AP, Documento de Habilitação nº 04239583820, CPF nº 963.419.472-91, residente e domiciliado na Avenida Goitacazes, 144 – Beirol – Macapá – AP – CEP 68.902-150

Conselho fiscal Suplente:

Adriano José Silva Nogueira Lima, Brasileiro Casado, Empresário, portador do RG: 208162 SSP/AP; carteira de habilitação nº 00051332388, CPF: 589.637.182-86, residente e domiciliado na Avenida Presidente Vargas, 797 – Centro – Macapá – Ap – CEP: 68.900-070;

ASSINADO DIGITALMENTE
SAVIO PARENTE DE AZEVEDO JUNIOR
DATA
31/01/2024
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Protocolo Digital: 9267/25 em 27/08/2025 às 12:00
PLO n.0192/25-AL

Cartorio 1º Ofício Extrajudicial de Macapa
Bel. Francisco Erionaldo Cruz Junior
Tabelião

1º REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
PROTOCOLO SOB O Nº: 18975
REGISTRADO SOB O Nº: 2179
LIVROS "A" Nº: A-32

Macapá-AP 09 FEV. 2024

Bel. Francisco Erionaldo Cruz Júnior
Tabelião

Paula Cristina de Oliveira Gonçalves
Escrevente

CARTÓRIO JUCÁ - Cartório Oficio de Notas e Registros de Macapá / AP
Bel. FRANCISCO ERIONALDO CRUZ JÚNIOR - Tabelião - Av. Procópio, 876 – Centro – CEP 68900-098 - Macapá/AP – Tel: 96 3225 2954 / 96 92021455

SELO ELETRÔNICO

00012111080944014500103
Emol.: 311,13 TSNR: 15,56
Consulte em extrajudicial.tjap.jus.br/consulta
Macapá, 09 de Fevereiro 2024